PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES – MA

RELATÓRIO
ANUAL DE GESTÃO
Exercício 2025

Prefeito: Rômulo Costa Arruda
Vice-Prefeito: Fernando Canarinho

Av. Canaã, 102, Centro · CNPJ 01.577.844/0001-62

Av. Canaã, 102, Centro · CNPJ 01.577.844/0001-62

Sumário

Mensagem do Prefeito 3
1. Introdução 4
2. O Relatório Anual de Gestão 5
3. Desafios – principais condicionantes de 2025 6
4. Perfil da Organização 8
4.1 Natureza jurídica e atuação 8
4.2 Contexto histórico e geográfico 8
4.3 Estrutura organizacional 8
5. Estratégias e Planos 9
5.1 Painel dos objetivos estratégicos – 2025 9
5.2 Infraestrutura 9
5.3 Saúde 10
5.4 Educação 10
5.5 Assistência Social, Esporte e Cultura 10
6. Monitoramento Detalhado dos Indicadores 11
6.1 Controle interno e fluxo de monitoramento 11
6.2 Cronograma de ações prioritárias 11
6.3 Gestão de riscos 11
6.4 Gestão do orçamento e financeiro 12
7. Obras e Plano de Governo 14
7.1 Quadro de obras 14
7.2 Monitoramento do Plano de Governo 14
8. Planejamento Estratégico Futuro 15
9. Conclusão 16
Anexo – Fontes e pendências 17
Fontes consultadas 17
Dados a preencher ou conferir antes da publicação 17

Mensagem do Prefeito

Cidadãs e cidadãos de São Pedro dos Crentes,

Apresento o Relatório Anual de Gestão de 2025, primeiro ano deste mandato. Este documento mostra o que planejamos, o que entregamos e o que ainda precisa melhorar, com base em informações públicas.

Em 2025 concluímos a ponte de concreto na região do Croatá, a quadra poliesportiva e o acesso à Praça da Independência. Realizamos dez cirurgias de vesícula no Hospital Municipal, as Conferências Municipais de Saúde, de Assistência Social e de Segurança Alimentar, e apoiamos a entrega dos cartões do programa Maranhão Livre da Fome.

Também temos desafios claros: o orçamento previsto ficou muito acima do que efetivamente arrecadamos, os investimentos andaram devagar e precisamos fortalecer a qualidade das nossas informações contábeis e do nosso planejamento. São compromissos que assumimos para os próximos anos.

Seguimos trabalhando com transparência, ouvindo a população e cuidando de cada real público.

Rômulo Costa Arruda
Prefeito Municipal de São Pedro dos Crentes

1. Introdução

Este Relatório Anual de Gestão (RAG) apresenta os resultados da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes no exercício de 2025, tendo como referência o Planejamento Estratégico publicado no portal, a Lei Orçamentária Anual (LOA 2025) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O relatório reúne os resultados alcançados e os pontos que exigem correção, atendendo à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

2. O Relatório Anual de Gestão

O RAG é um instrumento de transparência e controle social que consolida, em linguagem acessível, as ações do exercício. Ele se apoia em três pilares:

1. Monitoramento e avaliação estratégica

Acompanha as metas ligadas aos objetivos do Planejamento Estratégico e apoia decisões baseadas em evidências.

2. Transparência e acesso à informação

Traduz os demonstrativos fiscais e o quadro de obras em informação clara para a população.

3. Melhoria contínua e governança

- Identificar gargalos: mostra onde as metas não foram atingidas e por quê.
- Aferir a eficiência: compara o orçado com o executado.
- Realinhar diretrizes: orienta a revisão do planejamento e do orçamento seguintes.

3. Desafios – principais condicionantes de 2025

O cruzamento entre o planejado e o executado em 2025 revelou seis pontos que exigem ação da Alta Gestão.

3.1 Consistência dos demonstrativos contábeis

No RREO do 6º bimestre, a despesa empenhada acumulada (R$ 30.405.122,04) aparece menor que a liquidada (R$ 38.613.305,93) e menor que a empenhada informada no 5º bimestre (R$ 38.957.046,61). Também não constam do documento publicado a meta de resultado primário da LDO nem o demonstrativo simplificado (Anexo 14) com os percentuais de educação e saúde.

Ação corretiva: conciliação pela Contabilidade e Controladoria, republicação do RREO retificado e checagem de consistência antes de cada publicação bimestral.

3.2 Orçamento superestimado

A LOA 2025 previu R$ 80.651.667,31 de receita, mas foram arrecadados R$ 41.758.064,72, apenas 51,8%. A Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses foi de R$ 38.739.051,85, cerca de metade do orçamento aprovado. O FUNDEB, por exemplo, realizou 63,2% do previsto.

Ação corretiva: elaborar a LOA com base na série histórica de 3 anos e nas estimativas oficiais (STN, FNDE), evitando dotações sem lastro de receita.

3.3 Baixa execução dos investimentos

Dos R$ 14.557.398,22 autorizados para investimentos, foram empenhados R$ 2.430.227,54 (16,7%) e liquidados R$ 1.671.524,49 (11,5%). Urbanismo liquidou 10,6% e Agricultura 8,0% da dotação.

Ação corretiva: carteira de projetos priorizada, com cronograma físico-financeiro e licitações concentradas no primeiro semestre.

3.4 Arrecadação própria muito baixa

O IPTU arrecadado em 2025 foi de R$ 4.935,99 e o ISS de R$ 386.037,78. Embora acima das previsões, os valores indicam base tributária quase inexistente para o IPTU, e o município depende do FPM (R$ 16.127.996,97 em 12 meses) e de outras transferências.

Ação corretiva: atualização da planta genérica de valores e do cadastro imobiliário, e adesão plena à NFS-e nacional.

3.5 Planejamento Estratégico desatualizado

O Planejamento Estratégico publicado (datado de 31/12/2023) tem visão com horizonte em 2024 e missão e valores típicos do Poder Legislativo (por exemplo, “fiscalizar a Administração Pública”, “legislar” e “Independência do Legislativo”), o que indica uso de modelo da Câmara Municipal. Assim, não há metas da atual gestão contra as quais medir 2025.

Ação corretiva: elaborar e publicar um novo Planejamento Estratégico 2025–2028 do Poder Executivo, com metas numéricas e indicadores por secretaria.

3.6 Comunicação e transparência ativa

O portal publicou 12 notícias em 2025, a última em 21/08/2025. A página “Aspectos Gerais” não traz o histórico do município, e quatro secretarias aparecem sem titular informado (Transportes, Agricultura e Pesca, Meio Ambiente, Cultura e Turismo).

4. Perfil da Organização

4.1 Natureza jurídica e atuação

A Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes é pessoa jurídica de direito público interno, órgão do Poder Executivo municipal, inscrita no CNPJ 01.577.844/0001-62, com sede na Av. Canaã, 102, Centro. Conta com regime próprio de previdência (IPRESPEC).

4.2 Contexto histórico e geográfico

O município foi criado pela Lei Estadual nº 6.154, de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Estreito, e instalado em 1º de janeiro de 1997. É constituído apenas pelo distrito sede.

Indicador	Valor	Referência
População (Censo)	5.783 habitantes	IBGE, 2022
Área territorial	979,92 km²	IBGE, 2022
Densidade demográfica	5,90 hab./km²	IBGE, 2022
Bioma	Cerrado	IBGE
PIB per capita	R$ 17.777,02	IBGE, 2021
Código IBGE	2111573	IBGE
Gentílico	são-pedro-crentense	IBGE
Receita Corrente Líquida	R$ 38.739.051,85	RREO 6º bim/2025

Fonte: IBGE (Censo 2022 e formação administrativa); RREO 6º bimestre/2025.

4.3 Estrutura organizacional

#	Unidade	Titular
1	Controladoria Geral do Município	Wanessa Coelho Taveira Arruda
2	Procuradoria Geral do Município	Celsivan dos Santos Jorge
3	Secretaria Municipal de Administração	Neiva Maria de Arruda Leda Jorge
4	Secretaria Municipal de Finanças e Gestão	Adriana Alves Barbosa Conceição
5	Secretaria Municipal de Educação	Clovis Cirqueira da Silva
6	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	Amarene Maria de Sousa Arruda Aguiar
7	Secretaria Municipal de Assistência Social	Elaine Medes da Silva Arruda
8	Secretaria de Infraestrutura	Aloás Neres da Silva
9	Secretaria de Esporte e Lazer	Romulo Fonseca Barros
10	Secretaria Municipal de Transportes	
11	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	
12	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
13	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
14	IPRESPEC – Instituto de Previdência	Girlean de Souza Jorge

Fonte: Portal da Prefeitura, página inicial (consulta em 17/10/2026). Nomes conforme publicados.

5. Estratégias e Planos

O Planejamento Estratégico disponível no portal define missão, visão e valores voltados ao Legislativo (ver item 3.5). Para orientar este relatório, propõe-se a seguinte redação, a ser validada pela gestão:

Missão (proposta)

Promover o desenvolvimento de São Pedro dos Crentes com serviços públicos de qualidade, transparência e uso responsável dos recursos, garantindo qualidade de vida à população.

Visão 2028 (proposta)

Ser reconhecido na região pela gestão transparente, pela infraestrutura que liga sede e zona rural e pela atenção à saúde, à educação e à assistência social.

Valores (do PE publicado, aplicáveis ao Executivo)

Ética · Transparência · Comprometimento com as demandas sociais · Efetividade · Legalidade · Continuidade das ações institucionais

5.1 Painel dos objetivos estratégicos – 2025

Objetivos do Planejamento Estratégico publicado que se aplicam ao Executivo:

Objetivo	Meta	Indicador	Resultado 2025	Status
Adequar a infraestrutura às necessidades	Concluir 100% dos projetos	Projetos concluídos / total	3 obras iniciadas em 2025 concluídas; campo society a conferir	**Atenção**
Assegurar recursos	Recursos suficientes para a demanda	Demandas não atendidas	Receita realizada: 51,8% do previsto	**Crítico**
Aprimorar a comunicação com a população	Ampliar canais e alcance	Aumento do alcance	12 notícias no portal em 2025	**Atenção**
Aprimorar canais de participação	Consolidar site, redes e Ouvidoria	Participação nos canais	3 conferências municipais realizadas (ago/2025)	**Superada / atingida**
Promover a qualificação contínua	Capacitar 100% dos servidores	% capacitados		**Superada / atingida**
Promover a sustentabilidade	Reduzir 15% o uso de recursos	Consumo vs. ano anterior		**Superada / atingida**

Fonte: Planejamento Estratégico (portal); RREO 6º bim/2025; Obras e notícias do portal.

5.2 Infraestrutura

- Ponte de concreto na região do Croatá: R$ 187.000,00, concluída.
- Quadra poliesportiva (contrato de repasse): R$ 676.720,00, concluída.
- Infraestrutura de acesso à Praça da Independência: R$ 301.000,00, concluída; revitalização da praça anunciada em jul/2025.
- Novos uniformes para a equipe de Infraestrutura (mar/2025).

5.3 Saúde

- 10 cirurgias de vesícula realizadas no Hospital Municipal (mai/2025).
- 12ª Conferência Municipal de Saúde, com foco na humanização (ago/2025).
- Despesa liquidada na função Saúde: R$ 8.420.602,50 (46,6% da dotação).
- Aplicação mínima em saúde (ASPS, mínimo 15%):
- Cobertura da Atenção Primária, consultas e vacinação:

5.4 Educação

- Distribuição de mais de mil ovos de Páscoa a alunos da rede municipal (abr/2025).
- Publicação mensal do cardápio da alimentação escolar.
- Despesa liquidada na função Educação: R$ 15.324.717,58 (53,1% da dotação).
- Aplicação em MDE (mínimo 25%) e FUNDEB nos profissionais (mínimo 70%):
- Matrículas, aprovação e IDEB

5.5 Assistência Social, Esporte e Cultura

- 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, sobre os 20 anos do SUAS (ago/2025).
- 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (ago/2025).
- Entrega dos cartões do programa estadual Maranhão Livre da Fome, com apoio da Prefeitura (ago/2025).
- Ações de conscientização em praça pública e escolas (mai/2025).
- 2º Enduro Off Road (abr/2025).
- A Câmara Municipal devolveu R$ 60 mil à Prefeitura (jan/2025).
- Famílias atendidas no CRAS / CadÚnico:

6. Monitoramento Detalhado dos Indicadores

Destaques positivos

Três obras iniciadas em 2025 concluídas com 100% de execução financeira (R$ 1,16 mi).
Resultado primário positivo de R$ 579.317,52 (sem RPPS), conforme RREO publicado.
IPTU e ISS arrecadados acima da previsão.
Três conferências municipais realizadas, ampliando a participação social.

Pontos de alerta

Receita realizada de apenas 51,8% do orçamento previsto.
Investimentos com 16,7% empenhado.
Inconsistência entre empenho e liquidação no RREO do 6º bimestre.
Planejamento Estratégico com conteúdo do Legislativo e visão vencida em 2024.

6.1 Controle interno e fluxo de monitoramento

- **Coleta setorial:** cada secretaria registra mensalmente metas e ações.
- **Consolidação:** a Secretaria de Finanças e Gestão atualiza o painel de indicadores.
- **Verificação:** a Controladoria Geral confere a consistência dos demonstrativos (RREO/RGF) antes da publicação.
- **Decisão:** reuniões semestrais do Prefeito com o secretariado.

6.2 Cronograma de ações prioritárias

Período	Ação	Responsável
4º trim./2026	Conciliação contábil e republicação do RREO 6º bim/2025, se necessário	Finanças / Controladoria
4º trim./2026	LOA 2027 com receita baseada na série histórica	Finanças e Gestão
1º trim./2027	Novo Planejamento Estratégico 2025–2028 do Executivo	Gabinete / Administração
1º trim./2027	Nomeação/atualização dos titulares das secretarias no portal	Administração
2º trim./2027	Recadastramento imobiliário e revisão do IPTU	Finanças e Gestão
2º sem./2027	Programa de capacitação de servidores	Administração

6.3 Gestão de riscos

Risco	Descrição	Mitigação
Informação contábil	Demonstrativos inconsistentes podem gerar apontamentos do TCE-MA e decisões com base em dados errados.	Conciliação mensal e revisão da Controladoria antes de publicar.
Orçamento sem lastro	Dotações muito acima da receita real geram expectativas e compromissos sem cobertura.	LOA realista e contingenciamento bimestral (art. 9º da LRF).

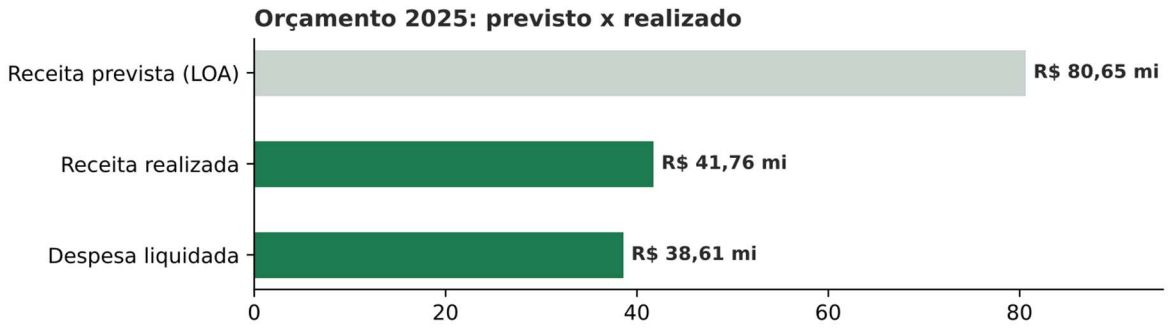
Risco	Descrição	Mitigação
Despesa com pessoal	Pessoal liquidado equivale a 51,5% da RCL ajustada (cálculo indicativo sobre o RREO), acima do limite prudencial de 51,3%.	Conferir no RGF do 3º quadrimestre e, se confirmado, adotar medidas de contenção.
Dependência de transferências	Receita própria quase nula torna o município vulnerável a quedas no FPM.	Fortalecer IPTU, ISS e cobrança da dívida ativa.
Execução de obras	Atrasos em obras e investimentos frustram metas de infraestrutura.	Cronograma físico-financeiro e fiscal de contrato designado.

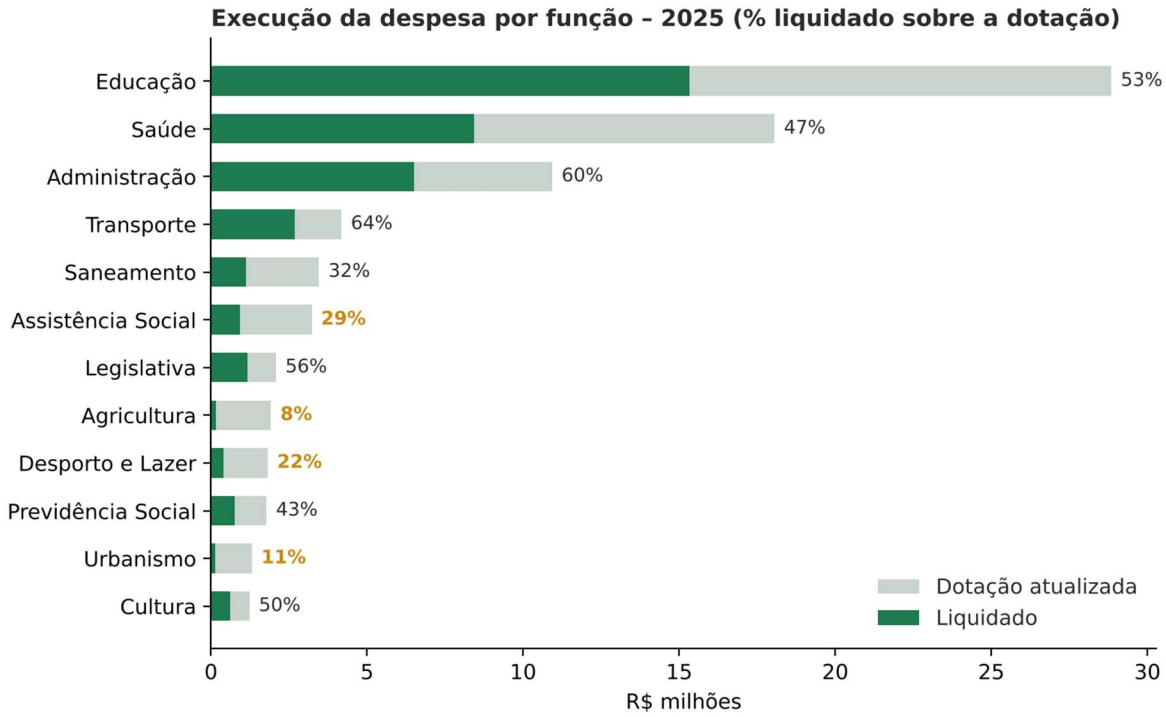
Fonte: Elaboração própria a partir do RREO 6º bim/2025 e do Portal da Transparência.

6.4 Gestão do orçamento e financeiro

Item	Valor	% sobre a previsão/dotação
Receita prevista (LOA)	R$ 80.651.667,31	
Receita realizada	R$ 41.758.064,72	51,8%
Dotação atualizada	R$ 80.651.667,31	
Despesa empenhada*	R$ 30.405.122,04	37,7%
Despesa liquidada	R$ 38.613.305,93	47,9%
Despesa paga	R$ 37.997.802,95	47,1%

*Fonte: RREO – Anexo 1, 6º bimestre de 2025 (publicado em 29/01/2026). *Valor a conferir: inferior à despesa liquidada.*





Função	Dotação atualizada	Liquidado	% exec.
Educação	R$ 28.847.083,50	R$ 15.324.717,58	53,1%
Saúde	R$ 18.052.520,70	R$ 8.420.602,50	46,6%
Administração	R$ 10.932.160,53	R$ 6.504.841,41	59,5%
Transporte	R$ 4.181.062,40	R$ 2.692.742,16	64,4%
Saneamento	R$ 3.462.086,51	R$ 1.122.464,78	32,4%
Assistência Social	R$ 3.225.124,77	R$ 933.525,54	**28,9%**
Legislativa	R$ 2.081.976,75	R$ 1.164.911,42	56,0%
Agricultura	R$ 1.921.443,63	R$ 153.329,50	**8,0%**
Desporto e Lazer	R$ 1.818.326,17	R$ 404.890,19	**22,3%**
Previdência Social	R$ 1.781.983,24	R$ 770.544,65	43,2%
Urbanismo	R$ 1.309.532,37	R$ 138.550,80	**10,6%**
Cultura	R$ 1.234.400,86	R$ 620.559,20	50,3%
Energia	R$ 665.497,85	R$ 202.309,70	30,4%
Habitação	R$ 294.843,69	R$ 0,00	**0,0%**
Trabalho	R$ 292.012,94	R$ 159.316,50	54,6%
Comunicações	R$ 288.250,41	R$ 0,00	**0,0%**
Reserva de Contingência	R$ 189.879,42	R$ 0,00	**0,0%**
Gestão Ambiental	R$ 73.481,57	R$ 0,00	**0,0%**
TOTAL	**R$ 80.651.667,31**	**R$ 38.613.305,93**	**47,9%**

Fonte: RREO – Anexo 2, 6º bimestre de 2025.

7. Obras e Plano de Governo

7.1 Quadro de obras

Obra	Secretaria	Período	Valor estimado	Executado	Situação
Gramado e alambrado do campo de futebol	Infraestrutura	08/2024 – 12/2024	R$ 416.440,74	R$ 416.440,74	Concluída
Infraestrutura de acesso à Praça da Independência	Infraestrutura	04/2025 – 12/2025	R$ 301.000,00	R$ 301.000,00	Concluída
Ponte de concreto na região do Croatá	Infraestrutura	06/2025 – 12/2025	R$ 187.000,00	R$ 187.000,00	Concluída
Quadra poliesportiva (contrato de repasse)	Infraestrutura	06/2025 – 12/2025	R$ 676.720,00	R$ 676.720,00	Concluída
Campo society com iluminação para jogos noturnos	Esporte e Lazer	11/2025 – 11/2026	R$ 377.500,00	R$ 0,00	Concluída*
TOTAL			**R$ 1.958.660,74**	**R$ 1.581.160,74**	**80,7%**

*Fonte: Portal da Transparência – Obras (atualizado até 12/10/2026). *O campo society consta como concluído, mas com execução financeira de R$ 0,00 e prazo até 11/2026: situação a conferir.*

O portal declara não haver registros de obras iniciadas entre 01/01/2026 e 12/10/2026.

7.2 Monitoramento do Plano de Governo

Situação	1º semestre/2025	2º semestre/2025
Concluído	**Concluído**	**Concluído**
Em andamento	**Concluído**	**Concluído**
Não iniciado	**Concluído**	**Concluído**

8. Planejamento Estratégico Futuro

Nível	Instrumentos	Função
Estratégico	Novo Planejamento Estratégico 2025–2028 e Plano de Governo	Define missão, visão e objetivos do mandato.
Tático	PPA 2026–2029, LDO, LOA, Planos Municipais de Saúde e Educação	Liga os objetivos ao orçamento e às metas físicas.
Operacional	Planos de trabalho das secretarias, contratos e obras	Organiza equipes, prazos e custos.

Propõe-se vincular cada ação da LOA a um objetivo estratégico, publicar o painel de indicadores no Portal da Transparência e revisar o planejamento anualmente.

9. Conclusão

Em 2025 a gestão entregou obras importantes para a ligação da zona rural e o lazer da população, ampliou a participação social por meio de conferências e realizou ações relevantes na saúde e na assistência social.

O exercício também evidenciou a necessidade de um orçamento mais realista, de maior ritmo nos investimentos, de demonstrativos contábeis consistentes e de um Planejamento Estratégico próprio do Executivo. As ações propostas neste relatório orientam os próximos anos do mandato.

Anexo – Fontes e pendências

Fontes consultadas

- Portal da Prefeitura: saopedrodoscrentes.ma.gov.br (página inicial, Obras, RREO, Plano Estratégico).
- RREO – 6º bimestre de 2025 (29/01/2026) e 5º bimestre de 2025 (28/11/2025).
- IBGE – Censo 2022 e formação administrativa do município.

Dados a preencher ou conferir antes da publicação

- Conciliação do empenho x liquidação do RREO do 6º bimestre de 2025.
- Percentuais de MDE, FUNDEB 70% (SIOPE) e ASPS (SIOPS) de 2025.
- Meta de resultado primário da LDO 2025.
- Despesa com pessoal oficial (RGF do 3º quadrimestre de 2025).
- Situação real do campo society.
- Titulares de Transportes, Agricultura e Pesca, Meio Ambiente e Cultura e Turismo.
- Indicadores de saúde, educação e assistência social; capacitação de servidores.

Sumário

1. Identificação
   - 1.1. Informações Territoriais
   - 1.2. Secretaria de Saúde
   - 1.3. Informações da Gestão
   - 1.4. Fundo de Saúde
   - 1.5. Plano de Saúde
   - 1.6. Informações sobre Regionalização
   - 1.7. Conselho de Saúde
   - 1.8. Casa Legislativa
2. Introdução
3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade
   - 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
   - 3.2. Nascidos Vivos
   - 3.3. Principais causas de internação por local de residência
   - 3.4. Mortalidade por grupos de causas
4. Dados da Produção de Serviços no SUS
   - 4.1. Produção de Atenção Básica
   - 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
   - 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
   - 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
   - 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
   - 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos
5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS
   - 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
   - 5.2. Por natureza jurídica
   - 5.3. Consórcios em saúde
6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS
7. Programação Anual de Saúde - PAS
   - 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores
8. Indicadores de Pactuação Interfederativa
9. Execução Orçamentária e Financeira
   - 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
   - 9.2. Indicadores financeiros
   - 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
   - 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
   - 9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar
10. Auditorias
11. Análises e Considerações Gerais
12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	MA
Município	SÃO PEDRO DOS CRENTES
Região de Saúde	Balsas
Área	979,80 Km²
População	5.993 Hab
Densidade Populacional	7 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 21/03/2026

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Número CNES	7867581
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	01577844000162
Endereço	RUA JERUSALEM 509
Email	secretariadesaude_spc@hotmail.com
Telefone	99 3604-1094

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 21/03/2026

1 .3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	ROMULO COSTA ARRUDA
Secretário(a) de Saúde cadastrado no período	AMARENE MARIA DE SOUSA ARRUDA AGUIAR
E-mail secretário(a)	leonecontabilidade@hotmail.com
Telefone secretário(a)	99981021870

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 21/03/2026
Período de referência: 01/09/2025 - 31/12/2025

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	04/1997
CNPJ	12.124.231/0001-96
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	AMARENE MARIA DE SOUSA ARRUDA AGUIAR

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 21/03/2026

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 16/02/2023

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Balsas

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
ALTO PARNAÍBA	11132.105	11392	1,02
BALSAS	13141.637	105974	8,06
FEIRA NOVA DO MARANHÃO	1473.272	8237	5,59
FORMOSA DA SERRA NEGRA	3941.185	18150	4,61

FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	1664.058	12963	7,79
LORETO	3596.888	11884	3,30
NOVA COLINAS	743.1	5148	6,93
RIACHÃO	6373.153	22740	3,57
SAMBAÍBA	2478.569	6234	2,52
SÃO FÉLIX DE BALSAS	2032.302	4491	2,21
SÃO PEDRO DOS CRENTES	979.803	5993	6,12
SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	3521.74	19158	5,44
TASSO FRAGOSO	4382.944	9130	2,08

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Ano de referência: 2025

1 .7. Conselho de Saúde

Intrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	PRAÇA JERUSALEM	
E-mail		
Telefone		
Nome do Presidente	EDMARA DE CARVALHO PINTO SOUSA	
Número de conselheiros por segmento	**Usuários**	6
	Governo	2
	Trabalhadores	3
	Prestadores	0

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Ano de referência:

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

30/05/2025

2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

30/09/2025

3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

29/01/2026

- Considerações

O município de São Pedro dos Crentes, localizado no estado do Maranhão, integra a Região de Saúde de Balsas. Possui área territorial de 970,80 km² e população estimada em 5.965 habitantes no ano de 2025, apresentando densidade demográfica aproximada de 7 habitantes por quilômetro quadrado. Tais características territoriais e populacionais influenciam diretamente a organização da rede de atenção à saúde, a oferta dos serviços e o planejamento das ações desenvolvidas no âmbito municipal.

No que se refere à estrutura administrativa da saúde, o município conta com a Secretaria Municipal de Saúde, devidamente cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a qual exerce papel fundamental na formulação, coordenação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde no território. Compete à Secretaria Municipal de Saúde planejar, organizar, dirigir e acompanhar as ações e serviços de saúde, assegurando a implementação das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a execução dos programas, o gerenciamento dos recursos e a articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde.

No exercício de 2025, a gestão municipal tem como Prefeito o Sr. Rômulo Costa Arruda e, à frente da Secretaria Municipal de Saúde, a Sra. Amarene Maria de Sousa Arruda Aguiar, responsável pela condução das ações estratégicas e operacionais da política municipal de saúde. Importante destacar que o município dispõe de Fundo Municipal de Saúde, instituído em conformidade com a legislação vigente, constituindo-se como importante instrumento de gestão orçamentária, financeira e contábil dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, tendo como gestora do fundo a própria Secretária Municipal de Saúde.

No que tange aos instrumentos de planejamento e gestão, o município possui Plano Municipal de Saúde 2022-2025 devidamente elaborado e aprovado, em consonância com as normativas do planejamento do SUS. Este instrumento orienta a definição das diretrizes, objetivos, metas e prioridades da gestão municipal de saúde, servindo de base para a elaboração da Programação Anual de Saúde e para o acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados.

Ressalta-se, ainda, a existência e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, instância colegiada de caráter permanente e deliberativo, que exerce papel essencial no fortalecimento do controle social, da participação popular e da transparência da gestão pública em saúde. Sua composição e funcionamento observam as disposições legais vigentes, assegurando a representatividade dos diferentes segmentos que compõem o SUS e contribuindo de forma efetiva para a discussão, deliberação e acompanhamento das políticas públicas de saúde desenvolvidas no município. O Conselho Municipal de Saúde de São Pedro dos Crentes é composto por 11 membros titulares, sendo 6 representantes do segmento dos usuários, 3 representantes dos trabalhadores da área da saúde e 2 representantes do governo, em conformidade com o princípio da paridade e da participação social estabelecidos na legislação do SUS.

Em relação ao cumprimento da Lei Complementar nº 141/2012, o município atendeu às exigências legais referentes à transparência, ao monitoramento e à prestação de contas das ações e serviços públicos de saúde, por meio da apresentação dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) dentro dos prazos estabelecidos. Nesse contexto, o 1º RDQA foi apresentado em 30 de maio de 2025, o 2º RDQA em 30 de setembro de 2025 e o 3º RDQA em 29 de janeiro de 2026, demonstrando o compromisso da gestão municipal com o acompanhamento sistemático das ações executadas, da aplicação dos recursos em saúde e do fortalecimento do planejamento, da avaliação e do controle social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

Introdução

A Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro dos Crentes/MA apresenta o Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao exercício de 2025, em cumprimento às normativas que orientam o planejamento, o monitoramento, a avaliação e a prestação de contas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Este documento constitui importante instrumento de gestão, por meio do qual são demonstrados os resultados alcançados ao longo do exercício, a execução das ações programadas, o desempenho das metas pactuadas, a aplicação dos recursos públicos e os principais avanços e desafios identificados no contexto da saúde municipal.

O Relatório Anual de Gestão representa etapa essencial do ciclo de planejamento em saúde, uma vez que permite avaliar a execução da Programação Anual de Saúde (PAS), em consonância com as diretrizes, objetivos e metas estabelecidos no Plano Municipal de Saúde 2022¿2025. Dessa forma, o RAG possibilita uma análise sistematizada da atuação da gestão municipal, subsidiando a tomada de decisão, o redirecionamento de estratégias e o aperfeiçoamento contínuo das ações e serviços ofertados à população.

Neste relatório, são apresentados dados e informações referentes ao perfil de saúde da população, à produção dos serviços, à capacidade instalada da rede assistencial, à composição e atuação dos profissionais de saúde, ao monitoramento das metas das diretrizes do planejamento municipal, bem como à execução orçamentária e financeira dos recursos aplicados no setor saúde. Também são demonstradas as transferências federais e emendas parlamentares.

Além de atender às exigências legais e institucionais, a elaboração do presente relatório reafirma o compromisso da gestão municipal com a transparência, a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos, o fortalecimento do controle social e a qualificação permanente da política pública de saúde. Assim, o RAG 2025 se apresenta não apenas como um instrumento de prestação de contas, mas também como ferramenta estratégica para a análise dos resultados alcançados, a identificação de desafios e a definição de prioridades para o aprimoramento contínuo da saúde no município de São Pedro dos Crentes.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2025

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	244	224	468
5 a 9 anos	250	232	482
10 a 14 anos	222	217	439
15 a 19 anos	250	239	489
20 a 29 anos	587	518	1.105
30 a 39 anos	569	484	1.053
40 a 49 anos	439	384	823
50 a 59 anos	276	231	507
60 a 69 anos	171	160	331
70 a 79 anos	109	91	200
80 anos e mais	56	40	96
Total	**3.173**	**2.820**	**5.993**

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 30/03/2026.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2021	2022	2023	2024
SAO PEDRO DOS CRENTES	98	83	98	104

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 30/03/2026.

3.3. Principais causas de internação por local de residência

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024	2025
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	217	234	258	271	71
II. Neoplasias (tumores)	8	2	6	7	13
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	34	46	55	30	6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	7	4	5	8	11
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	130	169	99	38	5
VII. Doenças do olho e anexos	-	1	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	62	54	46	52	32
X. Doenças do aparelho respiratório	113	126	118	91	70
XI. Doenças do aparelho digestivo	167	145	145	82	56
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	11	4	3	6	10
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	1	1	6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	82	133	150	77	58
XV. Gravidez parto e puerpério	105	80	121	143	114
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	7	8	8	14	12
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	3	-	-	1
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	91	90	49	46	39
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	19	12	24	8	26

XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	2	3	1	3
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	**1.053**	**1.113**	**1.091**	**875**	**533**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 30/03/2026.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2021	2022	2023	2024
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3	-	-	1
II. Neoplasias (tumores)	1	5	3	1
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6	3	1	3
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	1	-	-	-
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	5	7	7	5
X. Doenças do aparelho respiratório	1	1	2	2
XI. Doenças do aparelho digestivo	1	1	1	-
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	1	-	2
XV. Gravidez parto e puerpério	2	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1	-	-	-
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	-	-
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	4	2	1
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	3	4	1	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	**24**	**26**	**17**	**15**

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)
Data da consulta: 30/03/2026.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Dados demográficos

A análise da população residente de São Pedro dos Crentes no ano de 2025 demonstra que o município possui um total estimado de 5.993 habitantes, sendo 3.173 do sexo masculino e 2.820 do sexo feminino, evidenciando discreta predominância da população masculina. Em relação à distribuição por faixa etária, observa-se maior concentração populacional entre os grupos de 20 a 29 anos, com 1.105 habitantes, e de 30 a 39 anos, com 1.053 habitantes, indicando predominância de população jovem e economicamente ativa. Também se destaca quantitativo importante nas faixas de 40 a 49 anos e entre crianças e adolescentes, o que demonstra uma composição populacional diversificada e com demandas específicas ao longo do ciclo de vida.

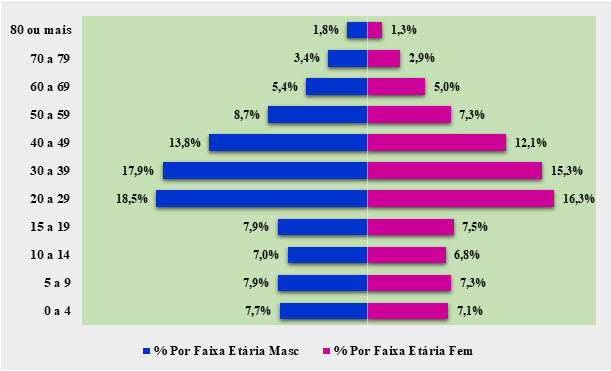
A pirâmide etária apresentada permite identificar a estrutura demográfica do município, contribuindo para a compreensão do perfil populacional local e das necessidades de saúde mais prevalentes em cada grupo etário. Essas informações são fundamentais para o aperfeiçoamento da gestão municipal de saúde, uma vez que subsidiam o planejamento das ações, a organização da rede de atenção, a definição de prioridades, a distribuição mais adequada dos recursos e a formulação de estratégias voltadas à promoção, prevenção e assistência à saúde de forma mais direcionada e resolutiva.

Dessa forma, o conhecimento do perfil populacional fortalece a capacidade de resposta da gestão, contribuindo para a implementação de políticas públicas mais adequadas à realidade do território e às necessidades da população residente.

Tabela 1 - População residentes, São Pedro dos Crentes, 2025			
Faixa Etária	**Masculino**	**Feminino**	**Total**
0 a 4 anos	244	224	468
5 a 9 anos	250	232	482
10 a 14 anos	222	217	439
15 a 19 anos	250	239	489
20 a 29 anos	587	518	1.105
30 a 39 anos	569	484	1.053
40 a 49 anos	439	384	823
50 a 59 anos	276	231	507

60 a 69 anos	171	160	331
70 a 79 anos	109	91	200
80 anos e mais	56	40	96
Total	**3.173**	**2.820**	**5.993**

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)



Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Dados de nascimentos por residência, São Pedro dos Crentes, 2025

A análise do número de nascimentos por residência no município de São Pedro dos Crentes, no período de 2021 a 2025, com dados extraídos do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), evidencia oscilações ao longo da série histórica, com tendência de crescimento nos dois últimos anos avaliados. Em 2021, foram registrados 98 nascimentos, havendo redução para 83 em 2022, o que representa uma diminuição de aproximadamente 15,3% em relação ao ano anterior. Já em 2023, observa-se retomada do crescimento, com novo registro de 98 nascimentos, igualando o quantitativo observado em 2021.

Nos anos subsequentes, verifica-se manutenção da tendência de elevação, com 104 nascimentos em 2024 e 110 nascimentos em 2025, sendo este o maior valor registrado em toda a série analisada. Comparando-se o ano de 2025 com 2024, observa-se aumento de 5,8%, enquanto em relação a 2021 o crescimento foi de aproximadamente 12,2%. Quando comparado ao menor valor da série, registrado em 2022, o aumento em 2025 corresponde a cerca de 32,5%.

Esses dados demonstram uma recuperação progressiva do número de nascimentos no município, podendo refletir tanto variações naturais do comportamento demográfico quanto fatores relacionados à dinâmica populacional local, ao perfil reprodutivo da população e à melhoria do registro das informações no sistema. O acompanhamento desse indicador é de grande relevância para a gestão municipal, uma vez que subsidia o planejamento das ações voltadas à saúde materno-infantil, à atenção pré-natal, ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, à imunização, à assistência ao parto e puerpério, bem como à organização da rede de cuidados voltados à primeira infância.

Dessa forma, a análise da série histórica dos nascimentos por residência, a partir das informações registradas no SINASC, contribui para o fortalecimento do planejamento em saúde, permitindo à gestão antecipar demandas, organizar a oferta de serviços e qualificar as ações direcionadas à população materno-infantil do município.

Tabela 2 - Número de nascimentos por residência, São Pedro dos Crentes, 2021-2025					
Unidade Federação	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
SAO PEDRO DOS CRENTES	98	83	98	104	110

Fonte: Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos ¿ SINASC

-

Morbidade Hospitalar

A análise da morbidade hospitalar por local de residência no município de São Pedro dos Crentes, no período de 2021 a 2025, com dados provenientes do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), permite identificar o perfil das principais causas de internação da população residente, constituindo importante instrumento para o planejamento, organização e avaliação das ações e serviços de saúde. O monitoramento desse indicador possibilita à gestão reconhecer os agravos mais frequentes, orientar a definição de prioridades assistenciais e fortalecer estratégias de prevenção, promoção e cuidado em saúde.

No período analisado, observa-se que o total de internações apresentou oscilação ao longo dos anos, passando de 1.053 internações em 2021 para 1.113 em 2022, com leve redução para 1.091 em 2023. Em 2024, houve diminuição mais expressiva, com 875 internações, e, em 2025, foram registradas 533 internações, representando o menor quantitativo da série histórica. Essa redução pode estar relacionada a diferentes fatores, como mudanças no perfil epidemiológico, ampliação da resolutividade da Atenção Primária à Saúde, reorganização do acesso aos serviços ou, ainda, aspectos relacionados ao registro e processamento das informações.

Em relação às principais causas de internação no exercício de 2025, destacam-se as internações relacionadas à gravidez, parto e puerpério, com 114 registros, mantendo-se como um dos principais grupos de causas ao longo de toda a série histórica. Esse comportamento é esperado, considerando a demanda assistencial relacionada à saúde da mulher e à atenção obstétrica, reforçando a importância da qualificação das ações voltadas ao pré-natal, parto, puerpério e acompanhamento materno-infantil.

Também se destacam, em 2025, as internações por algumas doenças infecciosas e parasitárias, com 71 registros, embora em quantitativo inferior aos anos anteriores, quando esse grupo apresentou valores significativamente mais elevados, como 217 em 2021, 234 em 2022, 258 em 2023 e 271 em 2024. A redução observada em 2025 pode indicar mudanças no padrão de adoecimento, impacto das ações de vigilância e prevenção ou variações no fluxo assistencial e no registro das internações.

As doenças do aparelho respiratório também mantiveram relevância no perfil de morbidade hospitalar, com 70 internações em 2025, apesar de redução em relação aos anos anteriores. De forma semelhante, as doenças do aparelho geniturinário registraram 58 internações, e as doenças do aparelho digestivo, 56, mantendo-se entre os grupos de causas com maior frequência de internação no município. Tais agravos refletem condições que demandam acompanhamento contínuo na rede de atenção, especialmente no âmbito da Atenção Primária, com foco na prevenção de complicações e no manejo oportuno das condições clínicas.

Outro grupo que merece destaque refere-se às doenças do aparelho circulatório, que apresentaram 32 internações em 2025, além das neoplasias, com 13 registros, e das doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, com 11 internações. Ainda que em menor número quando comparadas a outros grupos, essas causas merecem atenção da gestão por estarem frequentemente associadas a condições crônicas, exigindo ações contínuas de acompanhamento, controle e cuidado longitudinal.

Cabe mencionar também as internações por lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas, que totalizaram 26 registros em 2025, quantitativo superior ao observado em 2024, o que reforça a necessidade de ações preventivas e intersetoriais voltadas à redução de acidentes e agravos evitáveis.

De forma geral, os dados demonstram que o perfil de morbidade hospitalar do município envolve tantas condições agudas quanto crônicas, além de demandas relacionadas à saúde materno-infantil, às doenças infecciosas e às condições sensíveis à atenção básica. Nesse contexto, a análise dessas informações é essencial para subsidiar o planejamento das ações de saúde, fortalecer a organização da rede assistencial, qualificar o cuidado prestado à população e direcionar estratégias mais efetivas para redução de internações evitáveis e melhoria das condições de saúde da população residente.

Tabela 3 ¿ Morbidade hospitalar por Capítulo CID-10	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**

I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	217	234	258	271	71
II. Neoplasias (tumores)	8	2	6	7	13
III. Doenças sangue órgãos hematopoético e transtornos imunitários	34	46	55	30	6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	7	4	5	8	11
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	130	169	99	38	5
VII. Doenças do olho e anexos	-	1	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	62	54	46	52	32
X. Doenças do aparelho respiratório	113	126	118	91	70
XI. Doenças do aparelho digestivo	167	145	145	82	56
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	11	4	3	6	10
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	-	-	1	1	6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	82	133	150	77	58
XV. Gravidez parto e puerpério	105	80	121	143	114
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	7	8	8	14	12
XVII. Malformação congênita deformidades e anomalias cromossômicas	-	3	-	-	1
XVIII. Sintomas sinais e achados anormais exames clínicos e laboratoriais	91	90	49	46	39
XIX. Lesões envenenamento e algumas outras consequências causas externas	19	12	24	8	26
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	2	3	1	3
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	**1.053**	**1.113**	**1.091**	**875**	**533**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

A análise da morbidade hospitalar por sexo, referente ao ano de 2025, evidencia que, do total de 533 internações registradas entre residentes do município de São Pedro dos Crentes, 321 ocorreram no sexo feminino e 212 no sexo masculino, demonstrando maior frequência de internações entre as mulheres. Esse comportamento está diretamente relacionado, sobretudo, às internações por gravidez, parto e puerpério, que totalizaram 114 registros e impactam significativamente o volume de internações femininas no período analisado.

Entre as mulheres, além das internações relacionadas ao ciclo gravídico-puerperal, destacam-se também as doenças do aparelho geniturinário, com 38 registros, as doenças infecciosas e parasitárias, com 41 internações, as doenças do aparelho circulatório, com 17 casos, e os sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais, com 23 registros. Esses dados demonstram a necessidade de manutenção e fortalecimento das ações voltadas à saúde da mulher, à prevenção de infecções, ao acompanhamento clínico e à assistência integral nos diferentes ciclos de vida.

No sexo masculino, observam-se como principais causas de internação as doenças do aparelho respiratório, com 43 registros, seguidas pelas doenças do aparelho digestivo, com 40 internações, pelas doenças infecciosas e parasitárias, com 30 registros, e pelas lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas, com 23 internações. Também merecem destaque as doenças do aparelho geniturinário, com 20 registros, e as doenças do aparelho circulatório, com 15 casos. Esse perfil sugere importante demanda relacionada a agravos agudos, doenças infecciosas, condições clínicas evitáveis e situações associadas a acidentes ou outros eventos externos.

Comparativamente, verifica-se que algumas causas de internação apresentaram maior concentração no sexo feminino, como as doenças do aparelho geniturinário, as neoplasias, as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, as doenças da pele e do tecido subcutâneo, bem como os sintomas e achados clínicos e laboratoriais. Por outro lado, no sexo masculino, observou-se maior frequência de internações por doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho digestivo, doenças do sistema osteomuscular e, de forma mais expressiva, por lesões e causas externas.

Essas diferenças no perfil de morbidade hospitalar entre homens e mulheres reforçam a importância da análise por sexo como ferramenta estratégica para o planejamento em saúde, permitindo à gestão municipal direcionar ações mais específicas, fortalecer a prevenção de agravos evitáveis, organizar a rede assistencial de forma mais resolutiva e qualificar o cuidado prestado à população conforme suas necessidades epidemiológicas e assistenciais.

Tabela 4 ¿ Morbidade hospitalar por residência de acordo com o Capítulo CID-10 e sexo	**Masculino**	**Feminino**	**Total**

I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	30	41	71
II. Neoplasias (tumores)	5	8	13
III. Doenças sangue órgãos hematopoético e transtornos imunitários	1	5	6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	4	7	11
VI. Doenças do sistema nervoso	3	2	5
IX. Doenças do aparelho circulatório	15	17	32
X. Doenças do aparelho respiratório	43	27	70
XI. Doenças do aparelho digestivo	40	16	56
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	7	10
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	6	-	6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	20	38	58
XV. Gravidez parto e puerpério	-	114	114
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	3	9	12
XVII. Malformação congênita deformidades e anomalias cromossômicas	-	1	1
XVIII. Sintomas sinais e achados anormais exames clínicos e laboratoriais	16	23	39
XIX. Lesões envenenamento e algumas out consequências causas externas	23	3	26
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	3	3
TOTAL	**212**	**321**	**533**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

A análise da morbidade hospitalar por faixa etária, segundo capítulos da CID-10, no município de São Pedro dos Crentes, no ano de 2025, permite identificar os grupos populacionais com maior demanda por internações hospitalares, contribuindo de forma significativa para o planejamento das ações e serviços de saúde conforme o perfil epidemiológico da população residente. No período analisado, observa-se que as maiores concentrações de internações ocorreram nas faixas etárias de 20 a 29 anos, com 107 internações, e de 30 a 39 anos, com 93 registros, seguidas pelas faixas de 1 a 4 anos, com 54 internações, e de 50 a 59 anos, com 51 registros. Esses dados demonstram que a demanda hospitalar no município está distribuída entre grupos populacionais distintos, envolvendo desde condições relacionadas à infância até agravos mais prevalentes na população adulta e idosa.

A faixa etária de 20 a 29 anos apresentou o maior número de internações, destacando-se principalmente as relacionadas à gravidez, parto e puerpério, com 60 registros, além das doenças do aparelho geniturinário, com 10 internações, sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais, com 10 casos, doenças do aparelho digestivo, com 8 registros, e lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas, com 5 internações. Esse perfil evidencia a relevância das ações voltadas à saúde da mulher, à atenção obstétrica e ao acompanhamento de agravos que acometem a população jovem adulta.

Na faixa de 30 a 39 anos, também se observou importante número de internações, com destaque para as doenças do aparelho geniturinário, com 21 registros, gravidez, parto e puerpério, com 28 internações, lesões e causas externas, com 10 registros, além das doenças do aparelho digestivo e das doenças infecciosas e parasitárias, ambas com 8 casos. Esse comportamento reforça a necessidade de manutenção das ações de atenção integral à saúde do adulto, da mulher e da prevenção de agravos evitáveis.

Entre as crianças de 1 a 4 anos, foram registradas 54 internações, com predomínio de doenças infecciosas e parasitárias, que somaram 25 registros, e doenças do aparelho respiratório, com 24 internações, evidenciando a relevância dos agravos infecciosos e respiratórios na infância. Já entre os menores de 1 ano, foram contabilizadas 22 internações, destacando-se algumas afecções originadas no período perinatal, com 10 registros, além de doenças infecciosas e parasitárias, com 8 casos. Esses dados reforçam a importância do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e nascimento, da puericultura, da imunização e das ações preventivas voltadas à saúde infantil.

Nas faixas etárias mais avançadas, especialmente entre 50 a 59 anos, 60 a 69 anos, 70 a 79 anos e 80 anos e mais, observa-se maior participação de internações relacionadas às doenças crônicas e degenerativas, com destaque para as doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho digestivo, doenças do aparelho respiratório, neoplasias e doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas. Esse perfil evidencia a necessidade de fortalecimento das ações de prevenção, diagnóstico precoce, acompanhamento clínico e controle das condições crônicas, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

De forma geral, a distribuição das internações por faixa etária demonstra que o município apresenta demandas assistenciais diversificadas, relacionadas às diferentes fases do ciclo de vida, o que reforça a importância de um planejamento em saúde baseado em evidências e orientado pelas necessidades específicas da população. A análise desses dados permite à gestão municipal direcionar ações mais assertivas, qualificar a organização da rede assistencial e fortalecer estratégias voltadas à prevenção de agravos, à redução de internações evitáveis e à melhoria das condições de saúde da população residente.

Tabela 5 Capítulo CID-10	**Menor 1 ano**	**1 a 4 anos**	**5 a 9 anos**	**10 a 14 anos**	**15 a 19 anos**	**20 a 29 anos**	**30 a 39 anos**	**40 a 49 anos**	**50 a 59 anos**	**60 a 69 anos**	**70 a 79 anos**	**80 anos e mais**	**Total**

I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	8	25	8	2	2	4	6	4	7	-	1	4	71
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	-	1	4	4	2	-	2	13
III. Doenças sangue órgãos hematopoético e transtornos imunitários	-	-	-	2	-	-	-	-	1	1	-	2	6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	-	-	-	-	3	-	5	1	1	1	11
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	2	1	-	1	-	1	-	-	-	-	5
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	1	-	-	-	1	-	3	3	8	10	6	32
X. Doenças do aparelho respiratório	3	24	10	5	2	2	4	1	-	8	3	8	70
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	-	1	1	-	8	8	4	12	14	4	4	56
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	1	2	-	-	-	2	-	-	1	2	1	1	10
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	-	-	-	-	1	2	2	-	-	-	1	-	6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	1	-	1	10	21	4	9	4	8	-	58
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	3	17	60	28	5	1	-	-	-	114
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	10	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	12
XVII. Malformação congênita deformidades e anomalias cromossômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
XVIII. Sintomas sinais e achados anormais exames clínicos e laboratoriais	-	2	-	-	6	10	7	6	4	3	-	1	39
XIX. Lesões envenenamento e algumas out consequências causas externas	-	-	1	-	2	5	10	2	4	2	-	-	26
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	3
TOTAL	**22**	**54**	**23**	**14**	**31**	**107**	**93**	**34**	**51**	**46**	**29**	**29**	**533**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Dados de mortalidade por residência São Pedro dos Crentes, 2021-2025

A análise dos dados de mortalidade constitui importante instrumento para o monitoramento da situação de saúde da população, uma vez que permite identificar os principais agravos e causas de óbito, compreender o perfil

epidemiológico do território e subsidiar o planejamento, a avaliação e o redirecionamento das ações e serviços de saúde. O acompanhamento sistemático desses indicadores contribui para o fortalecimento da vigilância em saúde, para a definição de prioridades assistenciais e para a implementação de estratégias voltadas à prevenção de mortes evitáveis e à melhoria da qualidade da atenção prestada à população. Os dados apresentados a seguir foram extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), importante base nacional de informação utilizada para registro, consolidação e análise dos óbitos ocorridos no município.

A análise da mortalidade por residência no município de São Pedro dos Crentes, no período de 2021 a 2025, permite compreender o perfil dos óbitos ocorridos entre a população residente, constituindo importante instrumento para o monitoramento da situação de saúde, identificação dos principais agravos e direcionamento das ações de prevenção, assistência e vigilância em saúde. No período analisado conforme tabela 6, observa-se oscilação no número total de óbitos registrados. Em 2021, foram contabilizados 24 óbitos, com aumento para 26 em 2022. Em 2023, houve redução para 17 óbitos, seguida de novo decréscimo em 2024, com 15 registros, que representou o menor quantitativo da série histórica. Já em 2025, verifica-se novo aumento, totalizando 26 óbitos, retornando ao maior patamar observado no período analisado.

Em relação às principais causas de morte no exercício de 2025, destacam-se as doenças do aparelho circulatório, com 6 óbitos (23,1%), mantendo-se entre os principais grupos de causas em toda a série histórica e evidenciando a relevância das doenças crônicas não transmissíveis no perfil epidemiológico do município. Também se destacam, em 2025, algumas afecções originadas no período perinatal, com 6 óbitos (23,1%), representando importante ponto de atenção para a gestão, especialmente no que se refere à qualificação da atenção materno-infantil, ao pré-natal, ao parto, ao nascimento e ao cuidado neonatal.

Outro grupo de relevância no ano de 2025 refere-se às causas externas de morbidade e mortalidade, com 4 óbitos (15,4%), indicando a necessidade de fortalecimento de ações intersetoriais de prevenção de acidentes, violências e outros agravos evitáveis. Além disso, foram registrados 2 óbitos por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (7,7%), 2 por doenças do aparelho respiratório (7,7%) e 2 por doenças do aparelho geniturinário (7,7%), reforçando a presença de condições clínicas e crônicas no perfil de mortalidade local.

Comparando a série histórica, observa-se que as doenças do aparelho circulatório mantiveram frequência significativa ao longo dos cinco anos, assim como as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas. As neoplasias também estiveram presentes em todos os anos analisados, com maior número de registros em 2022. Já as causas relacionadas à gravidez, parto e puerpério foram registradas apenas em 2021, com 2 óbitos, não havendo registros dessa natureza nos anos subsequentes.

A elevação observada em 2025, especialmente em relação aos óbitos por afecções originadas no período perinatal e causas externas, merece atenção da gestão municipal, uma vez que tais agravos demandam análise mais aprofundada e fortalecimento das ações de vigilância, assistência e prevenção. Esses dados reforçam a importância do monitoramento contínuo da mortalidade como ferramenta estratégica para a identificação de vulnerabilidades, qualificação do cuidado e definição de prioridades no planejamento em saúde. Dessa forma, a análise da mortalidade por residência permite à gestão municipal conhecer de maneira mais precisa o perfil de óbitos da população, subsidiando a formulação de políticas públicas, o aprimoramento da rede de atenção à saúde e o desenvolvimento de ações mais efetivas para redução de mortes evitáveis e melhoria das condições de vida e saúde da população de São Pedro dos Crentes.

Tabela 6 ¿ Número de óbitos por residência conforme capítulo CID-10	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3	-	-	1	1
II. Neoplasias (tumores)	1	5	3	1	1
III. Doenças sangue órgãos hematopoético e transtornos imunitários	-	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6	3	1	3	2
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	1	-	-	-	-
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	5	7	7	5	6
X. Doenças do aparelho respiratório	1	1	2	2	2
XI. Doenças do aparelho digestivo	1	1	1	-	1
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	-	-	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	1	-	2	2
XV. Gravidez parto e puerpério	2	-	-	-	-
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	1	-	-	-	6
XVII. Malformação congênita deformidades e anomalias cromossômicas	-	-	-	-	-
XVIII. Sintomas sinais e achados anormais exames clínicos e laboratoriais	-	4	2	1	1
XIX. Lesões envenenamento e algumas outras consequências causas externas	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	3	4	1	-	4
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-	-
Total	**24**	**26**	**17**	**15**	**26**

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	31.909
Atendimento Individual	11.280
Procedimento	26.326
Atendimento Odontológico	1.744

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	-	-	-	-
03 Procedimentos clinicos	3	-	392	125.146,88
04 Procedimentos cirurgicos	-	-	95	51.377,74
05 Transplantes de orgaos, tecidos e celulas	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, proteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Acoes complementares da atencao a saude	-	-	-	-
09				
Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados"	-	-	-	-
Total	**3**	**-**	**487**	**176.524,62**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 30/03/2026.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	314	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	2.036.367	38.357,91	-	-
03 Procedimentos clinicos	32.074	42.147,07	393	125.404,20
04 Procedimentos cirurgicos	131	412,16	96	51.843,33
05 Transplantes de orgaos, tecidos e celulas	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Orteses, proteses e materiais especiais	44	9.900,00	-	-
08 Acoes complementares da atencao a saude	376	5.544,00	-	-
09				
Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados"	-	-	-	-
Total	**2.069.306**	**96.361,14**	**489**	**177.247,53**

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 30/03/2026.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual.
Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Acoes de promocao e prevencao em saude	314	-
02 Procedimentos com finalidade diagnostica	42	-
Total	**356**	**-**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 30/03/2026.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

A análise da produção dos serviços de saúde que atendem 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é um instrumento essencial para a gestão, pois permite compreender de forma detalhada como os serviços estão sendo utilizados pela população e qual o volume e o perfil dos atendimentos realizados. Essa análise possibilita identificar demandas mais frequentes, áreas com maior necessidade de atenção, além de possíveis vazios assistenciais ou sobrecarga em determinados pontos da rede.

Ao avaliar a produção dos serviços, o gestor consegue monitorar o desempenho das equipes, a resolutividade da Atenção Primária à Saúde e a efetividade das ações desenvolvidas nos diferentes níveis de atenção. Também contribui para a identificação de inconsistências nos registros, aprimorando a qualidade da informação em saúde, que é fundamental para a tomada de decisão.

No âmbito do planejamento, essas informações subsidiam a definição de prioridades, a alocação mais eficiente de recursos financeiros, materiais e humanos, bem como o redirecionamento de ações e estratégias conforme as necessidades reais da população. Além disso, permite avaliar o cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de gestão, como o Plano Municipal de Saúde e a Programação Anual de Saúde.

Dessa forma, a análise da produção dos serviços 100% SUS fortalece a gestão baseada em evidências, contribui para a organização da rede de atenção e favorece a oferta de um cuidado mais qualificado, resolutivo e alinhado aos princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Atenção Primária à Saúde

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel fundamental na organização do sistema de saúde, sendo a principal porta de entrada dos usuários e responsável pela coordenação do cuidado, pela promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento contínuo da população. Nesse contexto, a análise da produção dos serviços torna-se essencial para compreender o perfil de atendimento e subsidiar o planejamento das ações em saúde.

Os dados apresentados foram extraídos do sistema da Atenção Primária à Saúde, refletindo as ações realizadas pelas equipes no território. Observa-se um volume expressivo de atividades, com destaque para as visitas domiciliares, que totalizaram 23.190 registros, evidenciando a forte atuação das equipes no acompanhamento das famílias e no cuidado próximo à comunidade.

Os procedimentos somaram 21.498 registros, demonstrando a oferta de diversas ações assistenciais voltadas ao diagnóstico, tratamento e monitoramento dos usuários. Já os atendimentos individuais contabilizaram 8.551 registros, representando as consultas e acompanhamentos realizados pelos profissionais de saúde.

O atendimento odontológico registrou 1.581 procedimentos, reforçando a importância da saúde bucal como parte integrante do cuidado integral ofertado na APS.

De forma geral, os dados evidenciam a relevância da Atenção Primária na consolidação de um modelo assistencial resolutivo e próximo da população. A análise dessas informações contribui diretamente para o planejamento em saúde, permitindo identificar demandas, organizar a oferta de serviços e orientar a tomada de decisão, além de reforçar a necessidade de capacitação para os profissionais de saúde, visando a qualificação contínua das ações desenvolvidas.

Produção da Atenção Primária à Saúde	
Tipo de Produção	**Quantidade**
Visita Domiciliar	23.190
Atendimento Individual	8.551
Procedimento	21.498
Atendimento Odontológico	1.581
Total	**54.820**

Fonte: Sistema da Atenção Primária à Saúde

Média Complexidade

A análise da produção da Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por grupo de procedimentos permite compreender o perfil assistencial do município e a utilização dos serviços nos diferentes níveis de atenção, sendo fundamental para o planejamento e a organização da rede de saúde.

No âmbito do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), observa-se que os procedimentos clínicos apresentaram o maior volume, com 61.966 registros, seguidos pelos procedimentos com finalidade diagnóstica, com 40.437. Esses dados evidenciam a forte demanda por atendimentos clínicos e diagnósticos, essenciais para a condução adequada do cuidado.

As ações de promoção e prevenção em saúde contabilizaram 260 registros, enquanto as ações complementares da atenção à saúde somaram 107 registros, demonstrando a realização de atividades voltadas ao cuidado integral. Destaca-se ainda a produção relacionada a órteses, próteses e materiais especiais, obtiveram 57 registros, contribuindo para a reabilitação dos usuários.

No que se refere ao Sistema de Informações Hospitalares (SIH), os procedimentos clínicos também se destacam, com 785 internações, seguidos pelos procedimentos cirúrgicos, com 125 internações. Esses dados indicam a relevância da assistência hospitalar tanto para o manejo clínico quanto para intervenções cirúrgicas.

De forma geral, o perfil da produção demonstra predominância de procedimentos clínicos e diagnósticos, refletindo a necessidade de manutenção e fortalecimento dessas áreas. A análise dessas informações contribui diretamente para o planejamento em saúde, subsidiando a alocação de recursos, a organização dos serviços e a definição de estratégias para qualificação da assistência, além de reforçar a importância da capacitação para os profissionais de saúde, visando maior resolutividade e eficiência no atendimento à população.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	**Dupla**	**Estadual**	**Municipal**	**Total**
HOSPITAL GERAL	0	0	1	1
POSTO DE SAUDE	0	0	4	4
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	1	1
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	0	0	1	1
Total	**0**	**0**	**9**	**9**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 21/03/2026.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	**Municipal**	**Estadual**	**Dupla**	**Total**
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	9	0	0	9
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
PESSOAS FISICAS				
Total	**9**	**0**	**0**	**9**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 21/03/2026.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

A capacidade instalada dos serviços de saúde representa um importante indicador para a análise da estrutura disponível no município, permitindo identificar a organização da rede assistencial, a distribuição dos estabelecimentos e a responsabilidade administrativa sobre os serviços ofertados à população. Esses dados são fundamentais para o planejamento, monitoramento e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), pois demonstram a base estrutural utilizada para garantir o acesso às ações e serviços de saúde.

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o município conta no período analisado, com um total de 9 estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, todos sob gestão municipal, conforme detalhado no item 5.1.

Em relação à tipologia dos estabelecimentos, a rede física é composta por 1 hospital geral, 4 postos de saúde, 1 unidade de vigilância em saúde, 1 central de gestão em saúde, 1 centro de saúde/unidade básica e 1 centro de apoio à saúde da família. Essa composição demonstra uma organização voltada principalmente para a oferta de serviços de atenção primária à saúde, vigilância e apoio à gestão, além da presença de unidade hospitalar para suporte assistencial à população. No que se refere à natureza jurídica dos estabelecimentos, observa-se que os 9 serviços cadastrados pertencem à administração pública municipal.

De forma geral, os dados da capacidade instalada evidenciam que o município dispõe de uma rede pública própria estruturada para atender às principais demandas assistenciais e de vigilância em saúde, com predominância de estabelecimentos voltados à atenção básica, que constitui a principal porta de entrada do SUS. A análise dessa estrutura é essencial para subsidiar a tomada de decisão, orientar investimentos e fortalecer a capacidade de resposta do sistema de saúde municipal.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 02/2025

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1)	Bolsistas (07)	1	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	0	1	3	15	16
	Intermediados por outra entidade (08)	2	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	6	8	11	37	2

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 01/04/2026.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Pública (NJ grupo 1)	Bolsistas (07)	0	0	1	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	55	55	52	53
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	1	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	68	72	74	92

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 01/04/2026.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A análise dos profissionais de saúde permite compreender a composição da força de trabalho disponível para a execução das ações e serviços ofertados pelo SUS no município, sendo um elemento essencial para avaliar a capacidade operacional da rede de saúde.

Conforme dados do CNES, os postos de trabalho ocupados na rede pública municipal apresentam predominância de vínculos estatutários, empregados públicos e contratos temporários/cargos em comissão. Entre os vínculos efetivos, foram identificados 1 enfermeiro, 3 profissionais de nível superior de outras categorias, 15 profissionais de nível médio e 16 agentes comunitários de saúde, totalizando importante base de trabalhadores permanentes para sustentação das ações da atenção básica e demais serviços.

Em relação aos vínculos não efetivos, observou-se a presença de 6 médicos, 8 enfermeiros, 11 profissionais de nível superior de outras categorias, 37 profissionais de nível médio e 2 agentes comunitários de saúde contratados por meio de contratos temporários e cargos em comissão. Também foram registrados 2 médicos intermediados por outra entidade e 1 médico na condição de bolsista.

De forma geral, os dados evidenciam que a rede municipal de saúde conta com composição multiprofissional diversificada, com destaque para o quantitativo de profissionais de nível médio, agentes comunitários de saúde e trabalhadores contratados temporariamente, o que demonstra a necessidade de recursos humanos amplos para garantir o funcionamento dos serviços e a continuidade da assistência à população.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Garantia de acesso da população a serviços de saúde de qualidade, mediante estruturação e investimentos na Rede de Serviços da Saúde, Atenção Primária à Saúde e Atenção especializada do município de São Pedro dos Crentes-MA.

OBJETIVO Nº 1 .1 - Atender a todos os munícipes que procuram atendimentos básicos em saúde e também àqueles que necessitam de atenção especializada.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter em 100% a cobertura populacional atendida pela Equipe de Estratégia Saúde da Família.	Cobertura populacional atingida pelas Equipes de ESF.	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 2 - Manter equipe mínima para atendimento dos munícipes									
Ação Nº 3 - Fortalecer o apoio institucional das equipes da unidade básica de saúde através de planejamento conjunto das ações da atenção básica									
Ação Nº 1 - Priorização da ESF como modelo de atenção à saúde, visando a qualificação das práticas e da gestão do cuidado									
2. Implantar 01 equipe de ESF.	Equipe de ESF implantada.	Número				0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Implantar 01 equipe de ESF.									
3. Reduzir o percentual das internações por causas sensíveis da atenção primária.	Proporção de internações por causas sensíveis da atenção primária.	Percentual	2021	27,80		1,00	Percentual	26,70	2.670,00
Ação Nº 1 - Implantação de protocolos de fluxos de atendimentos.									
Ação Nº 2 - Monitoramento do cuidado as doenças sensíveis à atenção primária.									
Ação Nº 3 - Aproximação da Atenção Básica com as políticas de estratégias assistenciais com a vigilância em saúde e as áreas de apoio.									
4. Aumentar o percentual em 90% de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família na Saúde.	Proporção alcançada de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família da Saúde.	Percentual				90,00	Percentual	86,13	95,70
Ação Nº 1 - Redefinir estratégias de ações das equipes de ESF para acompanhamento da população com condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família na Saúde									
Ação Nº 2 - Promoção da intersetorialidade no desenvolvimento das ações									
5. Ampliar o acompanhamento nutricional das crianças beneficiarias do Programa Leite das Crianças.	Proporção alcançada de acompanhamento nutricional das crianças beneficiarias do Programa Leite das Crianças.	Percentual				85,00	Percentual	75,00	88,24
Ação Nº 1 - Intensificação da educação em saúde quanto a coresponsbilidade da família beneficiarias do programa do Leite das Crianças									
Ação Nº 2 - Monitoramento da situação alimentar e nutricional dos beneficiários do Programa Leite das Crianças									
Ação Nº 3 - Promoção da intersetorialidade no desenvolvimento das ações									
6. Realizar iniciativas voltadas a promoção da saúde para usuários e profissionais de saúde.	Números de iniciativas realizadas.	Número				4	Número	3,00	75,00
Ação Nº 1 - Promoção da Educação Permanente com vista a qualificação dos profissionais e das práticas em saúde									
Ação Nº 2 - Promoção de ações de educação em saúde para os usuários do SUS									
Ação Nº 3 - Elaboração e impressão e distribuição de materiais técnicos educativos e de orientações para profissionais e comunidade									
7. Manter em 65% a cobertura populacional estimada pelas equipes Básicas de Saúde Bucal.	Proporção da cobertura populacional estimada pelas equipes Básicas de Saúde Bucal	Percentual				65,00	Percentual	100,00	153,85
Ação Nº 1 - Implementação das ações de Saúde bucal na atenção primária à saúde e na Promoção da Saúde									
Ação Nº 2 - Implementação de estratificação de risco em saúde bucal para os grupos prioritários e classificação de risco das urgências									
Ação Nº 3 - Promoção de atendimento a pessoa com deficiência de forma prioritária									
Ação Nº 4 - Promover integração e alinhamento da Saúde Bucal com os demais pontos da rede de atenção à saúde									
Ação Nº 5 - Aprimoramento das ações de saúde bucal no Programa Saúde na Escola									
8. Estratificar as crianças de até 3 anos de idade em Saúde Bucal.	Proporção de crianças estratificadas com até 03 anos de idade.	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Sensibilização dos profissionais quanto a realização da estratificação das crianças menores de 03 anos									
Ação Nº 2 - Capacitação dos profissionais para a realização da estratificação de risco									
Ação Nº 3 - Sensibilização dos usuários quanto a importância do atendimento de Saúde Bucal nos menores de 03 anos									
Ação Nº 4 - Realização de agendamento para a população de menores de 03 anos									

9. Ampliar o atendimento odontológico da AP implementando os atendimentos das especialidades odontológicas na unidade central.	Atendimentos especializados implementados.	Número				Não programada	Número		
10. Implementação de um laboratório de próteses.	Laboratório de prótese implementado.	Número				Não programada	Número		
11. Reduzir em até 10% o percentual de exodontia em relação aos procedimentos restauradores.	Proporção de exodontia em relação aos procedimentos restauradores.	Percentual				10,00	Percentual	11,41	114,10
Ação Nº 1 - Sensibilização dos profissionais da Atenção Primária de Saúde Bucal quanto a temática									
12. Aumentar a cobertura da ação coletiva de escovação dental supervisionada.	Cobertura de ações coletivas desenvolvidas de escovação dental supervisionada.	Número				4	Número	6,00	150,00
Ação Nº 1 - Aprimoramento das ações de saúde bucal no Programa Saúde na Escola									
Ação Nº 2 - Realização de estratégias para desenvolvimento de ações coletivas de escovação dental supervisionada pelas equipes de Saúde Bucal									
13. Ampliação do horário de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde.	Horário de atendimento ampliados nas Unidades Básicas de Saúdes SEDE.	Número				Não programada	Número		
14. Aquisição de veículo para qualificação do transporte sanitário e equipe.	Veículos adquiridos	Número				Não programada	Número		
15. Estruturar o serviço de Fisioterapia.	Serviço de Fisioterapia estruturado.	Número				Não programada	Número		

DIRETRIZ Nº 2 - Garantir o acesso à população aos serviços de Urgência e Emergência, conforme o aprimoramento da Rede de Urgência e Emergência, de pronto socorro e centros de regulação, articuladas as outras redes de atenção.

OBJETIVO Nº 2 .1 - Garantir acesso qualificado dos pacientes em situação de urgência e emergência a um dos pontos de atenção resolutivos da rede.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter a qualidade e o funcionamento de todos os equipamentos da sala de emergência.	Qualidade dos equipamentos da sala de emergência.	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Manutenção reparativa e preventiva dos equipamentos da sala de emergência									
2. Aquisição de equipamentos para estruturação da sala de urgência e emergência.	Equipamentos adquiridos para sala de urgência e emergência.	Número				Não programada	Número		
3. Reduzir taxa de mortalidade por causas externas, exceto violências.	Percentual reduzido na taxa de mortalidade por causas externas.	Percentual				20,00	Percentual	11,54	57,70
Ação Nº 1 - Implantação e implementação da linha de cuidado com prioridade para as doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e traumatismos									
Ação Nº 2 - Implementação de estratégia de agravos e eventos adversos, com foco nas maiores causas de morbimortalidade									

DIRETRIZ Nº 3 - Promoção da atenção integral a saúde da mulher e da criança e com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

OBJETIVO Nº 3 .1 - Fortalecer, organizar e qualificar a atenção materno-infantil.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Atingir a razão de exames citopatológicos de colo de útero em 0,63 ao ano em mulheres de 25 a 64 anos, com 1 exame de citopatológico a cada 03 anos.	Razão de exames citopatológicos de colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária.	Razão				0,63	Razão	1,70	269,84
Ação Nº 1 - Realização de atividades educativas e recreativas em datas comemorativas, direcionadas a saúde da mulher, por exemplo, março e outubro rosa									
Ação Nº 2 - Monitoramento e intensificação da coleta de citopatológico de colo de útero na população feminina prioritariamente na faixa de 25 a 64 anos									
Ação Nº 3 - Rastreamento de mulheres para ações de controle do câncer de colo do útero na APS									
Ação Nº 4 - Previsão dos materiais de insumos para a coleta dos exames de citopatológico									
Ação Nº 5 - Realização de campanhas para a coleta de citopalógicos									
2. Aumentar a razão de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos e da mesma faixa etária a cada 02 anos.	Razão de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos e da mesma faixa etária.	Percentual				20,00	Percentual	0,05	0,25
Ação Nº 2 - Efetivar as consultas de enfermagem para realização do exame clínico das mamas									
Ação Nº 3 - Rastreamento de mulheres para ações de controle do câncer de mama na APS									
Ação Nº 4 - Realizar o acompanhamento das mulheres com mamografia alterada									

Ação Nº 5 - Garantir o transporte sanitário para a realização do exame em outro município									
Ação Nº 1 - Realização de atividades educativas e recreativas em datas comemorativas, direcionadas a saúde da mulher, por exemplo, março e outubro rosa									
3. Ampliar o percentual de partos normais.	Percentual de aumento atingido de parto normal.	Percentual				10,00	Percentual	35,00	350,00
Ação Nº 1 - Efetivar as consultas de enfermagem no pré-natal, com orientações ao parto normal									
Ação Nº 2 - Vincular as gestantes aos hospitais de referências de acordo com a estratificação de risco									
4. Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas.	Percentil atingido de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas.	Percentual				70,00	Percentual	88,00	125,71
Ação Nº 1 - Realização de atividades educativas e recreativas em datas comemorativas, direcionadas a saúde da mulher, por exemplo, março e outubro rosa									
Ação Nº 2 - Monitoramento e intensificação da coleta de citopatológico de colo de útero na população feminina prioritariamente na faixa de 25 a 64 anos									
Ação Nº 3 - Rastreamento de mulheres para ações de controle do câncer de colo do útero na APS									
Ação Nº 4 - Previsão dos materiais de insumos para a coleta dos exames de citopatológico									
Ação Nº 5 - Realização de campanhas para a coleta de citopalógicos									
5. Garantir teste rápido de sífilis e HIV para todas as gestantes atendidas pelo SUS.	Proporção de gestantes que realizaram teste rápido de sífilis e HIV.	Percentual				100,00	Percentual	41,00	41,00
Ação Nº 5 - Garantir o transporte sanitário para a realização do exame em outro município									
Ação Nº 1 - Realização de atividades educativas e recreativas em datas comemorativas, direcionadas a saúde da mulher, por exemplo, março e outubro rosa									
Ação Nº 2 - Efetivar as consultas de enfermagem para realização do exame clínico das mamas									
Ação Nº 3 - Rastreamento de mulheres para ações de controle do câncer de mama na APS									
Ação Nº 4 - Realizar o acompanhamento das mulheres com mamografia alterada									
6. Realizar 03 testes de sífilis nas gestantes.	Número de teste de sífilis realizado por gestante.	Número				3	Número	3,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementação da Educação Permanente com vista na qualificação dos profissionais e das práticas em saúde no atendimento as gestantes.									
Ação Nº 2 - Efetivar a utilização do formulário de requisição de exames de rotina do pré-natal.									
7. Manter redução do coeficiente dos óbitos maternos.	Número absoluto de óbitos maternos.	Percentual				100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Efetivação da estratificação de risco das gestantes em cada consulta de pré-natal									
Ação Nº 2 - Acompanhamento compartilhado com os hospitais de referências das gestantes classificadas como de alto risco.									
Ação Nº 3 - Atendimento qualificado e humanizado no pré-natal.									
8. Investigar 100% dos óbitos maternos.	Número de óbitos maternos investigados.	Percentual				100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 2 - Capacitar os profissionais da Vigilância em Saúde, dos integrantes do Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materna e Infantil e da equipe de ESF para a realização da investigação dos óbitos maternos e infantil.									
Ação Nº 1 - Intensificar as ações desenvolvida pelo Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materna e Infantil.									
9. Implantar as consultas de puericultura para todas as crianças no primeiro ano de vida, Atendidas nas UBS.	Número de consulta de puericultura para todas as crianças no primeiro ano de vida, Atendidas nas UBS.	Percentual				100,00	Percentual	85,00	85,00
Ação Nº 1 - Implementar estratificação de risco para as crianças atendidas nas Unidade de Saúde, pela equipes de ESF.									
Ação Nº 2 - Capacitar a equipe de ESF para a realização da estratificação de risco.									
Ação Nº 3 - Efetivar o atendimento das equipes de ESF (médico, enfermeiro e dentista) quanto a responsabilização do atendimento das crianças em seu primeiro ano de vida.									
Ação Nº 4 - Efetivar o acompanhamento dos ACS nas visitas domiciliares das crianças no primeiro ano de vida.									
Ação Nº 5 - Realização de agendamento das consultas da criança em seu primeiro ano de vida.									
10. Diminuir a prevalência de desnutrição em crianças menores de 05 anos.	Número de crianças menores de 05 anos desnutridas.	Percentual				20,00	Percentual	15,00	75,00
Ação Nº 2 - Aumentar o percentil de acompanhamento das crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família.									
Ação Nº 3 - Implementação das consultas de puericultura para todas as crianças no primeiro ano de vida, pela ESF.									
Ação Nº 1 - Aumentar o número de crianças pesadas beneficiária do Programa Leite das Crianças.									
11. Reduzir o número de óbitos de Mulher em Idade Fértil.	Número de óbitos de Mulheres em Idade Fértil.	Percentual				10,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Fortalecer e ampliar atividades preventivas a população feminina de risco em idade fértil (Reunião HA, DIA, gestantes, ações de educação em saúde, intensificações coleta citopatológico, realização de exame clínico das mamas).									
12. Investigar 100% dos óbitos de Mulher em Idade Fértil.	Número de óbitos investigados de Mulheres em Idade Fértil.	Percentual				100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Integração da equipe ESF e Vigilância para o fortalecimento da investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil.									
Ação Nº 2 - Capacitar os profissionais da Vigilância em Saúde, dos integrantes do Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materna e Infantil e da equipe de ESF para a realização da investigação dos óbitos maternos e infantil.									

13. Reduzir os óbitos infantil e fetal.	Número de óbitos infantil e fetal.	Percentual				20,00	Percentual	23,08	115,40
Ação Nº 2 - Sistematizar o acompanhamento de puerpério e no primeiro ano de vida;									
Ação Nº 1 - Sistematizar ações de acompanhamento ao pré natal, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde;									
Ação Nº 3 - Capacitar a equipe de ESF para a realização da estratificação de risco das gestantes.									
14. Investigar 100% dos óbitos infantil e fetal.	Proporção alcançada de óbitos infantis e fetais investigados.	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Investigar 100% dos óbitos infantis e fetais;									
Ação Nº 2 - Capacitar ESF e Vigilância para a realização da investigação dos óbitos;									
Ação Nº 3 - Apreciação pelo Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.									
Ação Nº 4 - Integração da ESF e Vigilância no Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.									
15. Diminuir índice de gravidez na adolescência entre a faixa etária de 10 a 19 anos.	Proporção de gravidez na adolescência entre a faixa etária de 10 a 19 anos.	Percentual				10,00	Percentual	35,00	350,00
Ação Nº 1 - Programar ações comunitárias voltadas para as adolescentes com foco na gravidez precoce.									
Ação Nº 2 - Intensificar ações voltadas a sexualidade e gravidez na adolescência na Programa Saúde na Escola.									
Ação Nº 3 - Efetivar o desenvolvimento de atividades voltadas ao Planejamento Familiar									

DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecimento da rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas.

OBJETIVO Nº 4 .1 - Efetivar o cuidado e acesso a atenção Psicossocial da população geral, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e pontos intersetoriais.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Garantir atenção integral a pessoa com transtorno mental na atenção primária.	Ações de atenção a Rede de atenção Psicossocial na atenção primária, implementadas.	Percentual				100,00	Percentual	75,00	75,00
Ação Nº 1 - Qualificação da Rede de atenção Psicossocial na atenção primária.									
Ação Nº 2 - Regularizar acesso para a atenção em Saúde Mental/e ou uso prejudicial de álcool e outras drogas.									
Ação Nº 3 - Realização de oficinas terapêuticas de saúde mental nas Unidades Básicas de Saúde, promovendo o atendimento de grupo.									
Ação Nº 4 - Implementação da Estratificação de risco em Saúde mental.									
Ação Nº 5 - Elaborar protocolo de atendimento as famílias com pessoas portadoras de transtorno mental.									
Ação Nº 6 - Elaboração de programa de acompanhamento farmaco terapêutico aos usuários dos serviços de saúde mental.									

DIRETRIZ Nº 5 - Assegurar a execução das ações de vigilância em saúde e a integração da equipe de vigilância com as equipes saúde da família na atenção a vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis, imunopreviníveis e emergenciais, e que juntas fortaleçam a promoção de saúde, a vigilância em saúde ambiental, epidemiológica, sanitária e saúde do trabalhador.

OBJETIVO Nº 5 .1 - Realizar a prevenção de doenças através de ações integradas com a equipe de vigilância em saúde, procurando atingir 100% da população.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2025	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Alcançar 90% das coberturas vacinais do Calendário Básico de Vacinação.	Proporção alcançada das coberturas vacinais do Calendário Básico de Vacinação.	Percentual				90,00	Percentual	83,00	92,22
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais da ESF e Vigilância.									
Ação Nº 2 - Implantação do SIPNI-online nas salas de vacinação									
Ação Nº 3 - Intensificar a busca ativa dos usuários com esquema de vacinação incompleto em tempo oportuno.									
Ação Nº 4 - Gerenciar/notificar os Eventos Adversos Pós-Vacinação;									
Ação Nº 5 - Intensificar as orientações da população com relação a sua responsabilidade ao esquema vacinal completo.									
2. Alcançar a cura de 80% de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Proporção de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Percentual				80,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais sobre o manejo clínico da TB;									
Ação Nº 2 - Desenvolvimento de ações integradas como Tratamento Diretamente Observado (TDO);									
Ação Nº 3 - Promoção de ações de educação em saúde com a temática TB.									

3. Alcançar 100% de exames ANTI-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	Proporção alcançada de exames anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	Percentual				100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Fornecimento do teste anti-HIV (sorologia ou teste rápido) a todos os casos novos de tuberculose diagnosticados									
Ação Nº 2 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais sobre o manejo clínico da TB.									
4. Alcançar em 90% a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte.	Proporção alcançada de cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte.	Percentual				90,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais sobre o manejo clínico da Hanseníase;									
Ação Nº 2 - Promoção de ações de educação em saúde com a temática Hanseníase.									
5. Alcançar em 100% o acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase examinados.	Proporção alcançada do acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase.	Percentual				100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais sobre o manejo clínico da Hanseníase;									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa dos contatos intra domiciliares;									
Ação Nº 3 - Garantir exames para todos os contatos intra domiciliares de casos novos de hanseníase.									
6. Alcançar 96% de registro de óbitos com causa básica definida.	Proporção alcançada de registro de óbitos com causa básica definida.	Percentual				96,00	Percentual	99,00	103,13
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais médicos e enfermeiros com relação a importância da investigação de óbito de causa básica mal definida.									
Ação Nº 2 - Realizar investigação de 100% dos óbitos com causa básica mal definida.									
7. Encerrar a investigação de pelo menos 100% dos casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) em até 60 dias após a notificação no SINAN.	Proporção alcançada de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após a notificação.	Percentual				100,00	Percentual	99,00	99,00
Ação Nº 1 - Investigar os casos de doenças de notificação compulsória imediata em até 60 dias;									
Ação Nº 2 - Alimentação dos dados da investigação no SINAN para encerramento em tempo oportuno.									
8. Investigar 95% dos óbitos infantis e 95% dos óbitos fetais.	Proporção alcançada de óbitos infantis e fetais investigados.	Percentual				95,00	Percentual	100,00	105,26
Ação Nº 1 - Investigar 100% dos óbitos infantis e fetais;									
Ação Nº 2 - Capacitar ESF e Vigilância para a realização da investigação dos óbitos;									
Ação Nº 3 - Apreciação pelo Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.									
Ação Nº 4 - Integração da ESF e Vigilância no Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.									
9. Manter coeficiente reduzido de óbito materno.	Coeficiente de óbito materno.	Percentual				100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Acompanhamento humanizado pela Atenção Básica das gestantes no pré-natal e puepério.									
Ação Nº 2 - Estratificação de risco da gestante em cada consulta;									
Ação Nº 3 - Acompanhamento das gestantes que apresentam risco.									
10. Investigar 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil – MIF.	Proporção alcançada de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados.	Percentual				100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Fortalecer o processo de investigação da atenção primária e vigilância, cumprindo em tempo oportuno.									
Ação Nº 2 - Investigar 100% dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF).									
11. Manter a redução de casos novos de AIDS em menores de 05 anos.	Número de casos novos de AIDS em menores de 05 anos de idade.	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais Enfermeiros e Farmacêuticos para a realização de teste rápido;									
Ação Nº 2 - Sensibilização dos profissionais para ampliar a testagem para o HIV e AIDS e o diagnóstico precoce.									
12. Aumentar o número de Unidade de Saúde que notificam violência interpessoal e autoprovocada.	Número de unidades de Saúde que notificam violência interpessoal e autoprovocada.	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Sensibilizar os profissionais quanto a importância da notificação de violência interpessoal e autoprovocada.									
Ação Nº 2 - Capacitar os profissionais da ESF para a notificação de violência interpessoal e autoprovocada.									
13. Alcançar 100% das ações de vigilância sanitária executadas, consideradas necessárias ao município.	Proporção alcançada das ações de vigilância sanitária, consideradas necessárias ao município.	Percentual				100,00	Percentual	95,00	95,00
Ação Nº 1 - Realização e monitoramento dos cadastros de estabelecimentos sujeitos a VISA;									
Ação Nº 2 - Inspeção em estabelecimentos sujeitos a VISA;									

Ação Nº 3 - Realizar atividades educativas para a população e para o setor regulador.									
Ação Nº 4 - Emissão de licença sanitária, de acordo com Código Sanitário Estadual									
Ação Nº 5 - Recebimento e verificação de denúncias.									
14. Ampliar para 120 (número absoluto) o número de analise realizado em amostra de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Número de amostras de analise realizadas em amostra de água para consumo humano, quanto aos parâmetro coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Número				120	Número	0	0
Ação Nº 1 - Coleta quinzenal da amostra para análise água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.									
Ação Nº 2 - Encaminhar quinzenal ao LACEN as amostras coletas pela Vigilância									
Ação Nº 3 - Garantir a integralidade da amostra encaminhada para análise.									
Ação Nº 4 - Garantir recurso financeiro para análise água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.									
Ação Nº 6 - Sensibilização da vigilância quanto a importância do controle da água para consumo humano, quanto aos parâmetro coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.									
Ação Nº 5 - Alimentação dos dados no SISÁGUA (Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano).									
15. Elaborar, atualizar e divulgar planos de contingência e protocolo de atuação para o enfrentamento e respostas a emergências em saúde pública, em conjunto com as demais áreas técnicas.	Plano de contingências para agravos inusitados elaborados, atualizados e divulgados.	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Divulgação dos planos de contingências e protocolos elaborados.									
Ação Nº 2 - Articulação das áreas técnicas para a elaboração/atualização dos planos de contingências e protocolos de atuação em surtos, epidemias de agravos;									
16. Realizar no mínimo 04 ciclos de visitas domiciliares em 80% dos domicílios por ciclo.	Percentual atingido de visitas domiciliares nos 04 ciclos de domicílios por ciclo.	Percentual				80,00	Percentual	100,00	125,00
Ação Nº 1 - Monitoramento das ações por levantamento de índice de infestação por Aedes aegypti.									
Ação Nº 2 - Intensificação das integrações dos agentes comunitários de endemias com os agentes comunitários de saúde;									
Ação Nº 3 - Capacitação da equipe para controle vetorial.									
Ação Nº 4 - Ampliar as ações de mobilização social no combate ao mosquito Aedes aegypti.									
Ação Nº 5 - Garantir a equipe de Agentes Comunitários de Endemias para a realização das visitas.									
17. Aumentar o número de notificações de doenças ou agravos relacionados ao trabalho.	Número de notificações de doenças ou agravos relacionados ao trabalho.	Percentual				100,00	Percentual	50,00	50,00
Ação Nº 1 - Sensibilização dos profissionais das unidades notificadoras (UBS, Hospital Municipal e Clínicas Particulares) quando a importância da notificação.									
18. Atingir no mínimo 80% das ações pactuadas no Programa VIGIASUS.	Proporção de ações realizadas pelo município pactuadas no Programa VIGIASUS – Elenco I.	Percentual				80,00	Percentual	60,00	75,00
Ação Nº 1 - Desenvolver as ações pactuadas, pelo Programa VIGIASUS - Elenco I.									
Ação Nº 2 - Capacitar a equipe quanto as ações pactuadas									
Ação Nº 3 - Monitorar semestralmente as ações pactuadas no programa em conjunto com o Estado.									
19. Instituir equipe mínima para desenvolver as ações de vigilância em saúde.	Equipe mínima instituída.	Número				Não programada	Número		
20. Realizar ações relacionadas a Vigilância em Saúde do Trabalhador.	Proporções de ações realizadas à Vigilância em Saúde do Trabalhador.	Percentual				100,00	Percentual	50,00	50,00
Ação Nº 1 - Equipe composta por 01 profissional com nível superior e especialista em vigilância em saúde;									
Ação Nº 2 - Equipe de vigilância sanitária composta por no mínimo autoridades sanitária (nível médio ou superior);									
Ação Nº 3 - Equipe de vigilância epidemiológica com por no mínimo um profissional de nível médio ou superior.									
Ação Nº 4 - Equipe de combate as endemias (ACE) com quadro mínimo para atingir as áreas de maior vulnerabilidade.									

DIRETRIZ Nº 6 - Garantia da atenção à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.

OBJETIVO Nº 6 .1 - Estruturar a atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa, com melhoria das condições de saúde, mediante qualificação da gestão e das redes de atenção.									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2022-2025)**	**Meta 2025**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Reduzir a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos), pelo conjunto das 04 principais doenças DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Percentual				20,00	Percentual	3,80	19,00
Ação Nº 1 - Acompanhar o diagnóstico da situação da saúde do trabalhador									
Ação Nº 2 - Notificar os 11 agravos relacionados a saúde do trabalhador no SINAN e preencher o campo ocupação.									
Ação Nº 3 - Investigar todas as ocorrências de acidentes de trabalho graves e fatais;									
Ação Nº 4 - Acionar a rede de combate e erradicação do trabalho infantil e de proteção do trabalhador adolescentes para garantir o afastamento de toda criança menor de quatorze anos da situação de trabalho (ilegal) e de todo adolescente que trabalhe em situação de trabalho infantil perigoso.									
Ação Nº 5 - Propiciar ações necessárias para a capacitação da equipe em saúde do trabalhador.									
Ação Nº 6 - Realizar vigilância dos ambientes e processo de trabalho em estabelecimentos assumidos pela vigilância sanitária municipal.									
Ação Nº 7 - Desenvolver ações de saúde do trabalhador em atividades estratégias: da construção civil e atividades rurais.									
Ação Nº 8 - Realizar vigilância dos ambientes e processo de trabalho nos diferentes setores dos serviços públicos municipal.									
2. Reduzir as internações por condições sensíveis a APS, na faixa etária acima de 60 anos.	Proporção de internações por condições sensíveis a APS, na faixa etária acima de 60 anos.	Percentual				20,00	Percentual	21,77	108,85
Ação Nº 1 - Capacitar profissionais de saúde para desenvolvimento do processo de qualificação da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso.									
Ação Nº 2 - Promover a qualificação dos vários pontos de atenção com o foco no modelo de cuidado às doenças crônicas.									
3. Ampliar a implantação e implementação da estratificação de risco para fragilidade de idosos.	Proporção da implantação da estratificação de risco para fragilidade de idosos.	Percentual				30,00	Percentual	40,00	133,33
Ação Nº 2 - Manter atividades educativas e recreativas em datas comemorativas direcionadas à saúde do idoso e portadores de doenças crônicas.									
Ação Nº 3 - Estímulo a implantação da atenção domiciliar para atendimento da população idosa.									
Ação Nº 4 - Garantir acesso as medicações para tratamento de doenças crônicas conforme proposto na REMUME.									
Ação Nº 5 - Desenvolvimento de estratégias de educação em saúde dirigidas à comunidade.									
Ação Nº 6 - Estímulo à vacinação de idosos conforme recomendações específicas para a faixa etária.									
Ação Nº 1 - Desenvolvimento de estratégias para prevenção das doenças e condições prevalentes na população idosa.									
Ação Nº 7 - Promoção da articulação intersetorial, visando oferecer segurança à população idosa e oportunidade de participação social.									

DIRETRIZ Nº 7 - Fortalecer a Gestão do Trabalho e da Educação Permanente dos profissionais de saúde, para contribuição da adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das ações desenvolvidas pelos profissionais de saúde.

OBJETIVO Nº 7 .1 - Desenvolver e coordenar a política de educação permanente no município, aos profissionais de saúde.									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2022-2025)**	**Meta 2025**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Aumentar as ações de educação em saúde realizadas aos profissionais de saúde.	Proporção de ações de educação em realizadas aos profissionais de saúde.	Percentual				100,00	Percentual	85,00	85,00
Ação Nº 1 - Sensibilização das equipes de ESF quanto a adesão à estratégia de estratificação de risco para a fragilidade do idoso.									
Ação Nº 2 - Monitorar o processo de estratificação no município.									
2. Aumentar o número de participações dos profissionais nos curso/capacitações/eventos/oficinas/congresso proporcionados pela Secretaria de Saúde do Estado ou outras instâncias.	Número de participações dos profissionais nos curso/capacitações/eventos/oficinas/congresso proporcionados pela Secretaria de Saúde do Estado ou outras instâncias.	Percentual				100,00	Percentual	75,00	75,00
Ação Nº 1 - Desenvolver Projeto de Educação Permanente, aperfeiçoamento e formação aos profissionais de saúde.									
Ação Nº 2 - Implantação de estratégias para a realização de Educação Permanente entre os profissionais de saúde.									
Ação Nº 3 - Propiciar condições para o desenvolvimento das Educações Permanentes.									

DIRETRIZ Nº 8 - Implementação de novo modelo de gestão e instrumento de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

OBJETIVO Nº 8 .1 - Fortalecer o vínculo da sociedade civil, conselheiros de saúde, lideranças de movimentos sociais e educadores populares com o SUS.									
Descrição da Meta	**Indicador para monitoramento e avaliação da meta**	**Unidade de medida**	**Ano - Linha-Base**	**Linha-Base**	**Meta Plano(2022-2025)**	**Meta 2025**	**Unidade de medida - Meta**	**Resultado Anual**	**% meta alcançada da PAS**
1. Implementar ações desenvolvidas pelo ouvidoria.	Número de ações desenvolvidas pela ouvidoria.	Número				20	Número	15,00	75,00
Ação Nº 1 - Realizar divulgação da Ouvidoria, em pontos estratégicos, aos usuários do SUS.									
Ação Nº 2 - Monitoramento e avaliação das atividades da ouvidoria.									
Ação Nº 3 - Apreciação do Relatório Gerencial da Ouvidoria, quadrimestralmente, apontando questões relevantes.									
Ação Nº 4 - Implantação de uma cultura voltada para a Ouvidoria como instrumento de gestão, articulação às instâncias de controle social e adequação dos sistemas de informações.									
Ação Nº 5 - Monitorar as demandas recebidas pelo sistema de ouvidoria, de modo a consolidá-las e transformá-la em indicadores quantitativos aplicados à discussão da gestão dos pontos de atenção à saúde e disponíveis ao público em geral.									
2. Propiciar a participação do ouvidor nas capacitações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde.	Participação do ouvidor nas capacitações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde.	Percentual				100,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Propiciar condições para o ouvidor participar das capacitações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde.									
3. Realizar Conferência Municipal de Saúde.	Realização da Conferência Municipal de Saúde.	Número				Não programada	Número		
4. Realizar, fiscalizar e avaliar o PPA, LDO, LAO, PAS, Relatório quadrimestral de Gestão, RAG.	Percentual de cumprimento de cada instrumento de gestão;	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Análise de discussões dos instrumentos de gestão, orçamentária e de gestão do SUS.									
5. Realizar as Audiências Públicas a cada quadrimestre.	Número deaudiências públicas realizada em cada quadrimestre	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Desenvolver plano de ações para realizar as Audiências Públicas à cada quadrimestre.									
6. Elaboração do Plano Municipal de Saúde.	Realização do Plano Municipal de Saúde.	Número				1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Elaboração do Plano Municipal de Saúde.									
7. Manter ativo e participativo o Conselho Municipal de Saúde.	Conselho Municipal de Saúde ativo.	Percentual				100,00	Percentual	94,00	94,00
Ação Nº 1 - Manter ativo e participativo o Conselho Municipal de Saúde.									
Ação Nº 2 - Atualizar a legislação do Conselho Municipal de Saúde.									
Ação Nº 3 - Manter o Conselho Municipal de Saúde qualificado, através da ampliação da participação da sociedade civil organizada									
Ação Nº 4 - Promover melhorias de equipamentos do Conselho Municipal de Saúde									
Ação Nº 5 - Realizar parcerias com o Conselho Municipal de Saúde e outras entidades organizadas da sociedade civil fóruns sobre o papel do controle da social na saúde.									
8. Manter o Conselho Municipal de Saúde cadastrado no Sistema de acompanhamento dos conselhos (SIACS)	Conselho Municipal de Saúde cadastrado no Sistema de acompanhamento dos conselhos (SIACS).	Percentual				100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter o Conselho Municipal de Saúde cadastrado no Sistema de acompanhamento dos conselhos (SIACS).									
9. Implantar sistema de auditoria interna na atenção primária.	Sistema de auditoria implantado	Número				Não programada	Número		

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção			
Subfunções	**Descrição das Metas por Subfunção**	**Meta programada para o exercício**	**Resultados**
122 - Administração Geral	Aumentar as ações de educação em saúde realizadas aos profissionais de saúde.	100,00	85,00
	Implementar ações desenvolvidas pelo ouvidoria.	20	15
	Aumentar o número de participações dos profissionais nos curso/capacitações/eventos/oficinas/congresso proporcionados pela Secretaria de Saúde do Estado ou outras instâncias.	100,00	75,00
	Propiciar a participação do ouvidor nas capacitações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde.	100,00	0,00
	Realizar, fiscalizar e avaliar o PPA, LDO, LAO, PAS, Relatório quadrimestral de Gestão, RAG.	100,00	100,00
	Realizar as Audiências Públicas a cada quadrimestre.	100,00	100,00
	Ampliar o acompanhamento nutricional das crianças beneficiarias do Programa Leite das Crianças.	85,00	75,00
	Elaboração do Plano Municipal de Saúde.	1	1
	Manter ativo e participativo o Conselho Municipal de Saúde.	100,00	94,00

	Manter o Conselho Municipal de Saúde cadastrado no Sistema de acompanhamento dos conselhos (SIACS)	100,00	100,00
301 - Atenção Básica	Manter em 100% a cobertura populacional atendida pela Equipe de Estratégia Saúde da Família.	100,00	100,00
	Alcançar 90% das coberturas vacinais do Calendário Básico de Vacinação.	90,00	83,00
	Garantir atenção integral a pessoa com transtorno mental na atenção primária.	100,00	75,00
	Atingir a razão de exames citopatológicos de colo de útero em 0,63 ao ano em mulheres de 25 a 64 anos, com 1 exame de citopatológico a cada 03 anos.	0,63	1,70
	Implantar 01 equipe de ESF.	0	0
	Reduzir as internações por condições sensíveis a APS, na faixa etária acima de 60 anos.	20,00	21,77
	Alcançar a cura de 80% de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	80,00	0,00
	Aumentar a razão de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos e da mesma faixa etária a cada 02 anos.	20,00	0,05
	Reduzir o percentual das internações por causas sensíveis da atenção primária.	1,00	26,70
	Ampliar a implantação e implementação da estratificação de risco para fragilidade de idosos.	30,00	40,00
	Alcançar 100% de exames ANTI-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	100,00	0,00
	Ampliar o percentual de partos normais.	10,00	35,00
	Aumentar o percentual em 90% de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família na Saúde.	90,00	86,13
	Alcançar em 90% a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte.	90,00	0,00
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas.	70,00	88,00
	Ampliar o acompanhamento nutricional das crianças beneficiarias do Programa Leite das Crianças.	85,00	75,00
	Garantir teste rápido de sífilis e HIV para todas as gestantes atendidas pelo SUS.	100,00	41,00
	Realizar iniciativas voltadas a promoção da saúde para usuários e profissionais de saúde.	4	3
	Realizar 03 testes de sífilis nas gestantes.	3	3
	Manter em 65% a cobertura populacional estimada pelas equipes Básicas de Saúde Bucal.	65,00	100,00
	Manter redução do coeficiente dos óbitos maternos.	100,00	0,00
	Estratificar as crianças de até 3 anos de idade em Saúde Bucal.	100,00	100,00
	Investigar 95% dos óbitos infantis e 95% dos óbitos fetais.	95,00	100,00
	Implantar as consultas de puericultura para todas as crianças no primeiro ano de vida, Atendidas nas UBS.	100,00	85,00
	Manter coeficiente reduzido de óbito materno.	100,00	0,00
	Diminuir a prevalência de desnutrição em crianças menores de 05 anos.	20,00	15,00
	Reduzir em até 10% o percentual de exodontia em relação aos procedimentos restauradores.	10,00	11,41
	Reduzir o número de óbitos de Mulher em Idade Fértil.	10,00	0,00
	Aumentar a cobertura da ação coletiva de escovação dental supervisionada.	4	6
	Aumentar o número de Unidade de Saúde que notificam violência interpessoal e autoprovocada.	100,00	100,00
	Investigar 100% dos óbitos de Mulher em Idade Fértil.	100,00	0,00
	Reduzir os óbitos infantil e fetal.	20,00	23,08
	Diminuir índice de gravidez na adolescência entre a faixa etária de 10 a 19 anos.	10,00	35,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Manter a qualidade e o funcionamento de todos os equipamentos da sala de emergência.	100,00	100,00
	Aumentar a razão de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos e da mesma faixa etária a cada 02 anos.	20,00	0,05
	Reduzir taxa de mortalidade por causas externas, exceto violências.	20,00	11,54
	Ampliar o percentual de partos normais.	10,00	35,00
	Manter redução do coeficiente dos óbitos maternos.	100,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Alcançar 100% das ações de vigilância sanitária executadas, consideradas necessárias ao município.	100,00	95,00
	Ampliar para 120 (número absoluto) o número de analise realizado em amostra de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	120	0
	Atingir no mínimo 80% das ações pactuadas no Programa VIGIASUS.	80,00	60,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Atingir a razão de exames citopatológicos de colo de útero em 0,63 ao ano em mulheres de 25 a 64 anos, com 1 exame de citopatológico a cada 03 anos.	0,63	1,70
	Reduzir a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos), pelo conjunto das 04 principais doenças DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	20,00	3,80
	Alcançar 90% das coberturas vacinais do Calendário Básico de Vacinação.	90,00	83,00

	Alcançar a cura de 80% de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	80,00	0,00
	Alcançar 100% de exames ANTI-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	100,00	0,00
	Alcançar em 90% a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte.	90,00	0,00
	Alcançar em 100% o acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase examinados.	100,00	0,00
	Alcançar 96% de registro de óbitos com causa básica definida.	96,00	99,00
	Manter redução do coeficiente dos óbitos maternos.	100,00	0,00
	Encerrar a investigação de pelo menos 100% dos casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) em até 60 dias após a notificação no SINAN.	100,00	99,00
	Investigar 100% dos óbitos maternos.	100,00	0,00
	Investigar 95% dos óbitos infantis e 95% dos óbitos fetais.	95,00	100,00
	Manter coeficiente reduzido de óbito materno.	100,00	0,00
	Investigar 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil – MIF.	100,00	0,00
	Manter a redução de casos novos de AIDS em menores de 05 anos.	100,00	100,00
	Investigar 100% dos óbitos de Mulher em Idade Fértil.	100,00	0,00
	Aumentar o número de Unidade de Saúde que notificam violência interpessoal e autoprovocada.	100,00	100,00
	Investigar 100% dos óbitos infantil e fetal.	100,00	100,00
	Elaborar, atualizar e divulgar planos de contingência e protocolo de atuação para o enfrentamento e respostas a emergências em saúde pública, em conjunto com as demais áreas técnicas.	100,00	100,00
	Realizar no mínimo 04 ciclos de visitas domiciliares em 80% dos domicílios por ciclo.	80,00	100,00
	Aumentar o número de notificações de doenças ou agravos relacionados ao trabalho.	100,00	50,00
	Realizar ações relacionadas a Vigilância em Saúde do Trabalhador.	100,00	50,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	**Categoria Econômica**	**Recursos ordinários - Fonte Livre (R$)**	**Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R$)**	**Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R$)**	**Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R$)**	**Transferências de convênios destinados à Saúde (R$)**	**Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R$)**	**Royalties do petróleo destinados à Saúde (R$)**	**Outros recursos destinados à Saúde (R$)**	**Total(R$)**
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	4.631.720,04	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.631.720,04
	Capital	N/A	79.100,68	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	79.100,68
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	64.105,93	1.467.712,29	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.531.818,22
	Capital	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	1.611.503,03	2.828.471,20	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.439.974,23
	Capital	N/A	N/A	11.274,20	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	11.274,20
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	56.531,95	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	56.531,95
	Capital	N/A	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	105.242,20	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	105.242,20
	Capital	N/A	N/A	26.943,24	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	26.943,24
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 01/04/2026.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

A Programação Anual de Saúde (PAS) constitui um dos principais instrumentos de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), por traduzir, de forma operacional, as diretrizes, objetivos, metas e ações previstas no Plano de Saúde para cada exercício. Sua importância está diretamente relacionada à capacidade de organizar as prioridades da gestão, orientar a execução das ações e serviços de saúde, subsidiar o monitoramento dos resultados e fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências. Nesse sentido, a PAS contribui para uma gestão mais atuante, estratégica e resolutiva, ao possibilitar maior alinhamento entre planejamento, execução, avaliação e financiamento, favorecendo a qualificação da assistência, o uso racional dos recursos públicos e o atendimento mais efetivo às necessidades da população.

A análise geral do desempenho das diretrizes da PAS 2025 do município de São Pedro dos Crentes-MA demonstra avanços importantes na condução das políticas públicas de saúde, ao mesmo tempo em que evidencia áreas que demandam maior fortalecimento e reorientação das ações para os próximos exercícios. De modo geral, observa-se predomínio de metas alcançadas e parcialmente alcançadas em boa parte das diretrizes, refletindo o esforço da gestão municipal em implementar ações planejadas, manter a organização da rede de atenção e promover respostas compatíveis com as necessidades do território.

Na Diretriz 1, voltada à garantia de acesso da população aos serviços de saúde de qualidade, mediante estruturação e investimentos na Rede de Serviços, Atenção Primária e Atenção Especializada, observou-se que 60% das metas foram alcançadas, 10% parcialmente alcançadas e 30% não alcançadas. Esse resultado demonstra desempenho satisfatório, porém sinaliza a necessidade de maior intensificação das ações relacionadas à ampliação do acesso, à qualificação da rede assistencial e à consolidação da capacidade de resposta dos serviços, especialmente nos pontos ainda não atingidos.

Em relação à Diretriz 2, que trata do acesso aos serviços de Urgência e Emergência, os dados revelam equilíbrio entre metas alcançadas e parcialmente alcançadas, ambas com 50%, sem registro de metas não alcançadas. O resultado evidencia avanços na organização e manutenção da rede de urgência e emergência, ainda que persistam aspectos que requerem aperfeiçoamento.

Na Diretriz 3, relacionada à promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança, com ênfase nas populações de maior vulnerabilidade, identificou-se 60% de metas alcançadas, 27% parcialmente alcançadas e 13% não alcançadas. O resultado demonstra desempenho positivo, especialmente considerando a complexidade dos indicadores que compõem essa diretriz.

No âmbito da Diretriz 4, que aborda o fortalecimento da rede de saúde mental com ênfase no enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas, verificou-se que 100% das metas foram classificadas como parcialmente alcançadas. Esse resultado sugere que houve desenvolvimento de ações e avanços na pauta da saúde mental, porém ainda sem alcance pleno das metas estabelecidas, evidenciando a necessidade de continuidade, ampliação e maior estruturação das estratégias voltadas ao cuidado psicossocial.

Na Diretriz 5, referente à Vigilância em Saúde e à integração entre as equipes de vigilância e atenção básica, foi observado um dos melhores desempenhos do conjunto analisado, com 68% das metas alcançadas, 26% parcialmente alcançadas e apenas 6% não alcançadas. Esse resultado reforça a relevância da vigilância em saúde no município, especialmente no monitoramento, prevenção e controle de agravos transmissíveis, não transmissíveis, imunopreveníveis e ambientais.

Na Diretriz 6, voltada à atenção à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, observou-se que 66% das metas foram alcançadas, enquanto 34% não foram atingidas, sem metas classificadas como parcialmente alcançadas. O resultado aponta avanços importantes na assistência a esse público, sobretudo no fortalecimento das ações de promoção da saúde, prevenção e acompanhamento das condições crônicas.

Já na Diretriz 7, que trata da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde, constatou-se que 100% das metas foram parcialmente alcançadas. Esse resultado demonstra que houve movimentação institucional no campo da qualificação profissional, organização do trabalho e valorização das equipes, porém ainda sem alcance integral das metas propostas.

Por fim, a Diretriz 8, relacionada à implementação de novo modelo de gestão, gestão participativa, acesso, financiamento e fortalecimento dos instrumentos federativos, apresentou 57% das metas alcançadas, 29% parcialmente alcançadas e 14% não alcançadas. O desempenho demonstra avanços relevantes na consolidação de mecanismos de gestão, planejamento, financiamento e participação social, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de aprimorar processos institucionais e fortalecer ainda mais a governança do sistema municipal de saúde.

De forma geral, os resultados da PAS 2025 demonstram que o município de São Pedro dos Crentes-MA vem desenvolvendo esforços consistentes para consolidar uma gestão em saúde mais organizada, participativa e orientada por resultados. Ainda que alguns indicadores tenham apresentado limitações metodológicas ou dependência de eventos epidemiológicos específicos, a análise evidencia que a programação anual cumpriu importante papel como instrumento de acompanhamento da execução das ações planejadas, permitindo identificar avanços, fragilidades e oportunidades de melhoria. Nesse contexto, a PAS reafirma sua relevância não apenas como ferramenta de planejamento, mas como mecanismo essencial para qualificar a gestão, fortalecer a rede de atenção e ampliar a efetividade das políticas públicas de saúde no município. Abaixo quadro com a apresentação do desempenho das diretrizes e metas da PAS 2025, sendo percentual de alcance.

Diretriz 1 : Garantia de acesso da população a serviços de saúde de qualidade, mediante estruturação e investimentos na Rede de Serviços da Saúde, Atenção Primária à Saúde e Atenção especializada do município de São Pedro dos Crentes-MA.		
Percentual das metas anuais alcançada	Percentual das metas anuais alcançada parcialmente	Percentual das metas anuais não alcançadas
60%	10%	30%

Diretriz 2: Garantir o acesso à população aos serviços de Urgência e Emergência, conforme o aprimoramento da Rede de Urgência e Emergência, de pronto socorro e centros de regulação, articuladas as outras redes de atenção.		
Percentual das metas anuais alcançada	Percentual das metas anuais alcançada parcialmente	Percentual das metas anuais não alcançadas
50%	50%	-
Observação: meta 3 - Reduzir taxa de mortalidade por causas externas, exceto violências. (Para essa meta, o cálculo utilizado foi a divisão do número de óbitos por causas externas não relacionadas à violência pelo total de óbitos do período, multiplicado por 100, com o objetivo de identificar o percentual desses óbitos em relação ao total registrado.)		

Diretriz 3 : Promoção da atenção integral a saúde da mulher e da criança e com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.		
Percentual das metas anuais alcançada	Percentual das metas anuais alcançada parcialmente	Percentual das metas anuais não alcançadas
60%	27%	13%
Observações: Meta 2 - Aumentar a razão de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos e da mesma faixa etária a cada 02 anos. (o indicador cadastrado foi de percentual, o cálculo administrado foi de razão) Meta 3 - Ampliar o percentual de partos normais (Para esse indicador, o cálculo utilizado foi a divisão do número de partos normais pelo total de partos realizados no período, multiplicado por 100, com o objetivo de identificar o percentual de partos vaginais em relação ao total de nascimentos.) Meta 7 - Manter redução do coeficiente dos óbitos maternos. (Município não teve óbitos, meta atribuída o valor 0) Meta 11 - Reduzir o número de óbitos de Mulher em Idade Fértil. (não teve óbitos de mulheres em idade fértil, meta atribuída o valor 0) Meta 13 - Reduzir os óbitos infantil e fetal. (indicador foi calculado com base na proporção de óbitos infantis (menores de 1 ano) e óbitos fetais em relação ao total de óbitos registrados no município no período, utilizando a fórmula: (número de óbitos infantis + número de óbitos fetais ÷ total de óbitos) × 100)		

Diretriz 4: Fortalecimento da rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas.		
Percentual das metas anuais alcançada	Percentual das metas anuais alcançada parcialmente	Percentual das metas anuais não alcançadas
-	100%	-

Diretriz 5: Assegurar a execução das ações de vigilância em saúde e a integração da equipe de vigilância com as equipes saúde da família na atenção a vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis, imunopreviníveis e emergenciais, e que juntas fortaleçam a promoção de saúde, a vigilância em saúde ambiental, epidemiológica, sanitária e saúde do trabalhador.		
Percentual das metas anuais alcançada	Percentual das metas anuais alcançada parcialmente	Percentual das metas anuais não alcançadas
68%	26%	6%
Observação: Meta 2 - Alcançar a cura de 80% de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera. Meta 3 - Alcançar 100% de exames ANTI-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose. Meta 4 - Alcançar em 90% a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte. Meta 5 - Alcançar em 100% o acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase examinados. Para essas foi atribuído o valor 0, devido ao município não possuir notificações de tuberculose e hanseníase.		

Diretriz 6 - Garantia da atenção à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.		
Percentual das metas anuais alcançada	Percentual das metas anuais alcançada parcialmente	Percentual das metas anuais não alcançadas
66%	-	34%

Diretriz 7 - Fortalecer a Gestão do Trabalho e da Educação Permanente dos profissionais de saúde, para contribuição da adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das ações desenvolvidas pelos profissionais de saúde.		
Percentual das metas anuais alcançada	Percentual das metas anuais alcançada parcialmente	Percentual das metas anuais não alcançadas
-	100%	-

Diretriz 8 - Implementação de novo modelo de gestão e instrumento de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.		
Percentual das metas anuais alcançada	Percentual das metas anuais alcançada parcialmente	Percentual das metas anuais não alcançadas
57%	29%	14%

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi **descontinuado** com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021.
Para mais informações, consultar a **Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS**

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 01/04/2026.

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo FNS/SE/MS.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções		**Recursos Ordinários - Fonte Livre**	**Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde**	**Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal**	**Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual**	**Transferências de Convênios destinadas à Saúde**	**Operações de Crédito vinculadas à Saúde**	**Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020**	**Royalties do Petróleo destinados à Saúde**	**Outros Recursos Destinados à Saúde**	**TOTAL**
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	64.105,93	1.467.712,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.531.818,22
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	1.611.503,03	2.828.471,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.439.974,23
	Capital	0,00	0,00	11.274,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.274,20
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	0,00	56.531,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.531,95
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	0,00	105.242,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.242,20
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	Corrente	0,00	4.631.720,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.631.720,04
	Capital	0,00	79.100,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.100,68
TOTAL		0,00	6.386.429,68	4.469.231,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.855.661,52

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 21/03/2026.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		**Transmissão Única**
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	2,91 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	89,12 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	11,78 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	100,00 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	16,06 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	47,00 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R$ 1.811,39
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	49,52 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,86 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	3,40 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,83 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	51,54 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	25,57 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 21/03/2026.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	571.837,50	571.837,50	1.544.681,07	270,13
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.887,50	4.887,50	6.550,99	134,04
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	121.900,00	121.900,00	122.119,93	100,18
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	368.000,00	368.000,00	473.352,90	128,63
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	77.050,00	77.050,00	942.657,25	1.223,44

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.981.650,00	29.981.650,00	23.427.149,33	78,14
Cota-Parte FPM	23.230.000,00	23.230.000,00	16.364.880,92	70,45
Cota-Parte ITR	29.900,00	29.900,00	9.798,89	32,77
Cota-Parte do IPVA	244.950,00	244.950,00	346.718,87	141,55
Cota-Parte do ICMS	6.440.000,00	6.440.000,00	6.669.679,87	103,57
Cota-Parte do IPI - Exportação	36.800,00	36.800,00	36.070,78	98,02
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	30.553.487,50	30.553.487,50	24.971.830,40	81,73

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	707.611,37	532.611,37	64.105,93	12,04	64.105,93	12,04	64.105,93	12,04	0,00
Despesas Correntes	165.137,62	365.137,62	64.105,93	17,56	64.105,93	17,56	64.105,93	17,56	0,00
Despesas de Capital	542.473,75	167.473,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.420.960,30	2.375.960,30	1.611.503,03	67,83	1.608.148,63	67,68	1.608.148,63	67,68	3.354,40
Despesas Correntes	2.365.752,54	2.320.752,54	1.611.503,03	69,44	1.608.148,63	69,29	1.608.148,63	69,29	3.354,40
Despesas de Capital	55.207,76	55.207,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.885.518,44	7.967.021,50	4.710.820,72	59,13	4.595.887,93	57,69	4.493.925,38	56,41	114.932,79
Despesas Correntes	1.609.479,63	7.754.479,63	4.631.720,04	59,73	4.516.787,25	58,25	4.432.303,60	57,16	114.932,79
Despesas de Capital	276.038,81	212.541,87	79.100,68	37,22	79.100,68	37,22	61.621,78	28,99	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.014.090,11	10.875.593,17	6.386.429,68	58,72	6.268.142,49	57,63	6.166.179,94	56,70	118.287,19

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	6.386.429,68	6.268.142,49	6.166.179,94
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	6.386.429,68	6.268.142,49	6.166.179,94
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.745.774,56
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	2.640.655,12	2.522.367,93	2.420.405,38
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	25,57	25,10	24,69

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	3.745.774,56	6.386.429,68	2.640.655,12	220.249,74	0,00	0,00	0,00	220.249,74	0,00	2.640.655,12
Empenhos de 2024	3.603.407,96	5.008.495,88	1.405.087,92	79.201,27	0,00	0,00	77.130,35	2.070,92	0,00	1.405.087,92
Empenhos de 2023	2.766.203,14	3.023.570,55	257.367,41	0,00	1.345.224,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1.602.591,66
Empenhos de 2022	2.694.014,31	3.142.682,80	448.668,49	0,00	1.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.348,49
Empenhos de 2021	2.106.706,68	2.611.076,61	504.369,93	34.029,02	318.278,58	0,00	0,00	34.029,02	0,00	822.648,51
Empenhos de 2020	1.611.838,66	1.711.384,26	99.545,60	5.204,18	30.464,00	0,00	0,00	5.204,18	0,00	130.009,60
Empenhos de 2019	1.603.928,75	2.354.568,93	750.640,18	436,12	1.558.942,88	0,00	0,00	436,12	0,00	2.309.583,06
Empenhos de 2018	1.465.949,09	2.111.542,05	645.592,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.592,96
Empenhos de 2017	1.373.247,50	1.946.776,72	573.529,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.529,22
Empenhos de 2016	1.480.845,49	1.494.626,32	13.780,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.780,83
Empenhos de 2015	1.249.404,68	1.853.659,42	604.254,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604.254,74
Empenhos de 2014	1.162.624,60	1.187.406,82	24.782,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.782,22
Empenhos de 2013	1.056.871,55	1.535.981,14	479.109,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	479.109,59

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	11.038.122,35	11.038.122,35	5.595.452,02	50,69
Provenientes da União	10.633.265,43	10.633.265,43	5.595.452,02	52,62
Provenientes dos Estados	404.856,92	404.856,92	0,00	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	11.038.122,35	11.038.122,35	5.595.452,02	50,69

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	4.106.811,88	2.641.811,88	1.467.712,29	55,56	1.467.712,29	55,56	1.467.712,29	55,56	0,00
Despesas Correntes	3.279.661,58	2.474.661,58	1.467.712,29	59,31	1.467.712,29	59,31	1.467.712,29	59,31	0,00
Despesas de Capital	827.150,30	167.150,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	5.682.308,98	3.589.308,98	2.839.745,40	79,12	2.182.452,38	60,80	2.179.183,98	60,71	657.293,02
Despesas Correntes	5.424.672,75	3.531.672,75	2.828.471,20	80,09	2.171.178,18	61,48	2.167.909,78	61,38	657.293,02
Despesas de Capital	257.636,23	57.636,23	11.274,20	19,56	11.274,20	19,56	11.274,20	19,56	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	341.376,61	141.376,61	56.531,95	39,99	56.531,95	39,99	56.531,95	39,99	0,00
Despesas Correntes	329.129,67	129.129,67	56.531,95	43,78	56.531,95	43,78	56.531,95	43,78	0,00
Despesas de Capital	12.246,94	12.246,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	134.716,22	159.716,22	105.242,20	65,89	105.242,20	65,89	105.242,20	65,89	0,00
Despesas Correntes	110.222,37	135.222,37	105.242,20	77,83	105.242,20	77,83	105.242,20	77,83	0,00
Despesas de Capital	24.493,85	24.493,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	809.713,84	159.713,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	202.428,44	42.428,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	607.285,40	117.285,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	11.074.927,53	6.691.927,53	4.469.231,84	66,79	3.811.938,82	56,96	3.808.670,42	56,91	657.293,02

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	4.814.423,25	3.174.423,25	1.531.818,22	48,26	1.531.818,22	48,26	1.531.818,22	48,26	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	8.103.269,28	5.965.269,28	4.451.248,43	74,62	3.790.601,01	63,54	3.787.332,61	63,49	660.647,42
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	341.376,61	141.376,61	56.531,95	39,99	56.531,95	39,99	56.531,95	39,99	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	134.716,22	159.716,22	105.242,20	65,89	105.242,20	65,89	105.242,20	65,89	0,00

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	2.695.232,28	8.126.735,34	4.710.820,72	57,97	4.595.887,93	56,55	4.493.925,38	55,30	114.932,79
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	16.089.017,64	17.567.520,70	10.855.661,52	61,79	10.080.081,31	57,38	9.974.850,36	56,78	775.580,21
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	11.074.927,53	6.691.927,53	4.469.231,84	66,79	3.811.938,82	56,96	3.808.670,42	56,91	657.293,02
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	5.014.090,11	10.875.593,17	6.386.429,68	58,72	6.268.142,49	57,63	6.166.179,94	56,70	118.287,19

FONTE: SIOPS, Maranhão10/02/26 10:58:28
1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2025 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	10122512100UW - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS PARA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	R$ 1.001.811,08	1001811,08
	10301511900UC - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	R$ 473.616,00	473616,00
	103015119219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 1.676.261,17	1268918,98
	10301511921CE - IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE - NACIONAL	R$ 7.888,55	7888,55
	1030151192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R$ 1.800.000,00	612000,00
	1030251182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R$ 180.432,00	0,00
	1030251188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R$ 120.288,48	120288,48
	10303511720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 49.444,80	49444,80
	10303511720AH - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	R$ 18.000,00	18000,00
	10304512320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R$ 11.000,00	0,00
	10305512300UB - TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	R$ 78.936,00	78936,00
	10305512320AL - APOIO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 45.984,11	45984,11
	10306513320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R$ 36.967,17	0,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.
2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Relatório de Execução de Recursos Repassados por Emenda Parlamentar

Ano Proposta	Identificadores				Valores			Monitoramento			
	Número da Proposta	Tipo Proposta	GND	Objeto	Valor Proposta	Valor Empenhado	Valor Desembolsado	Situação	Data de Finalização	Data Provável Finalização	Percentual Execução
2025	36000657234202500	INCREMENTO PAP	CORRENTE	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	300.000,00	300.000,00	300.000,00	Executado Totalmente	Mar/26		100 %
2025	36000657346202500	INCREMENTO PAP	CORRENTE	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	900.000,00	900.000,00	900.000,00	Não Iniciado		Dez/26	0 %
2025	36000657050202500	INCREMENTO MAC	CORRENTE	INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	60.000,00	60.000,00	60.000,00	Não Iniciado		Dez/26	0 %
2025	36000657058202500	INCREMENTO MAC	CORRENTE	INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	60.230,00	60.230,00	60.230,00	Não Iniciado		Dez/26	0 %
2025	36000657076202500	INCREMENTO MAC	CORRENTE	INCREMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)	60.202,00	60.202,00	60.202,00	Não Iniciado		Dez/26	0 %
2025	36000657299202500	INCREMENTO PAP	CORRENTE	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	600.000,00	600.000,00	600.000,00	Executado Parcialmente		Dez/26	52 %

Fonte: InvestSUS - FNS

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

A análise da execução orçamentária e financeira constitui um dos principais instrumentos de acompanhamento, avaliação e transparência da gestão pública em saúde, uma vez que permite verificar a correspondência entre o planejamento estabelecido e a efetiva aplicação dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de um componente essencial para mensurar a capacidade de execução das ações programadas, identificar o comportamento das receitas e despesas, monitorar a utilização dos recursos por fonte de financiamento e subsidiar a tomada de decisão por parte da gestão e do controle social. Além de evidenciar a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos, esse conjunto de informações possibilita avaliar em que medida o financiamento tem contribuído para a manutenção, ampliação e qualificação das ações e serviços de saúde ofertados à população, fortalecendo, assim, a efetividade, a resolutividade e a sustentabilidade das políticas públicas no âmbito municipal.

9.1 Execução da Programação por Fonte de Recurso, Subfunção e Categoria Econômica

No item 9.1, que trata da execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica, é possível observar a distribuição dos valores conforme a natureza da despesa, identificando os recursos aplicados em despesas correntes e de capital, bem como sua vinculação às respectivas subfunções da saúde. Esse item reforça o compromisso da gestão municipal com o planejamento orçamentário e a organização da aplicação dos recursos públicos, demonstrando de forma clara como a programação financeira foi estruturada ao longo do exercício de 2025, em consonância com as prioridades da política municipal de saúde e com as necessidades assistenciais do território.

9.2 Indicadores Financeiros

Em relação aos indicadores financeiros apresentados no item 9.2, observa-se que a participação da receita de impostos na receita total do município foi de 2,91%, enquanto a participação das transferências intergovernamentais na receita total municipal alcançou 89,12%, evidenciando significativa dependência dos repasses externos para o financiamento das ações públicas. No que se refere à participação das transferências da União no total de transferências recebidas pelo município, o percentual registrado foi de 16,06%. Já em relação à aplicação de recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde, conforme preconiza a Lei Complementar nº 141/2012, o município aplicou 25,57%, percentual superior ao mínimo constitucional exigido, demonstrando compromisso, responsabilidade fiscal e prioridade da gestão municipal com o financiamento da saúde pública.

9.3 Relatório Resumido da Execução Orçamentária no Período

O item 9.3 apresenta o Relatório Resumido da Execução Orçamentária no período, instrumento que permite acompanhar de forma sintética o comportamento da execução financeira da saúde ao longo do exercício. Sua análise é fundamental para verificar o desempenho orçamentário, a compatibilidade entre receitas previstas e realizadas, bem como a execução das despesas programadas, contribuindo para uma leitura mais ampla da capacidade de financiamento e execução da política pública de saúde no município.

9.4 Execução Orçamentária e Financeira de Recursos Federais

No item 9.4, referente à execução orçamentária e financeira dos recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho no exercício de 2025, é possível identificar os valores repassados ao município e os respectivos valores executados. Trata-se de uma informação de grande relevância para o acompanhamento da gestão financeira do SUS, pois permite avaliar a utilização dos recursos federais conforme sua finalidade, verificar o desempenho da execução e fortalecer os mecanismos de monitoramento, avaliação e transparência na aplicação dos recursos públicos destinados à saúde.

Atenção Primária à Saúde

Os recursos advindos da esfera federal destinados à Atenção Primária à Saúde totalizaram o montante de R$ 3.484.149,72 repassados ao município no período analisado. Deste total, foram executados R$ 1.888.807,53, evidenciando a aplicação dos recursos conforme as ações programadas, ainda que se observe saldo a executar em alguns componentes. No detalhamento dos programas que compõem o bloco da Atenção Básica, verifica-se que o Piso da Atenção Primária em Saúde apresentou repasse no valor de R$ 1.676.261,17, com execução de R$ 1.268.918,98, representando a principal fonte de financiamento das ações contínuas da atenção primária. No que se refere à Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde, o valor repassado foi de R$ 7.888,55, foi integralmente executado (R$ 7.888,55), demonstrando plena utilização do recurso no período.

Já o Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde para Cumprimento das Metas apresentou repasse significativo de R$ 1.800.000,00, com execução de R$ 612.000,00, indicando que parte relevante do recurso ainda se encontra em fase de execução, possivelmente vinculada ao planejamento e cronograma das ações.

Assistência Financeira Complementar do Piso Salarial dos profissionais da enfermagem

Os recursos advindos da esfera federal destinados à Assistência Financeira Complementar para o pagamento do piso salarial dos profissionais da enfermagem totalizaram R$ 1.001.811,08 no período analisado, tendo sido integralmente executados, o que corresponde a 100% de utilização do montante repassado.

Observa-se que a execução total do recurso demonstra o cumprimento da finalidade do repasse, garantindo o pagamento do piso salarial dos profissionais da enfermagem, conforme previsto na legislação vigente, contribuindo para a valorização desses trabalhadores e a manutenção da qualidade dos serviços de saúde ofertados à população.

-

-

Repasse para o pagamento dos vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde

Os recursos advindos da esfera federal destinados à transferência para pagamento dos vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde teve como montante R$ 473.616,00, a qual foram integralmente executados no período analisado, correspondendo a 100% de utilização do montante repassado.

A execução total desses recursos demonstra a garantia do custeio regular da remuneração dos profissionais, assegurando a continuidade das atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde, que desempenham papel fundamental na Atenção Primária à Saúde, especialmente no acompanhamento das famílias, na promoção da saúde e na prevenção de agravos no território.

Vigilância em Saúde

Os recursos advindos da esfera federal destinados às ações de Vigilância em Saúde totalizaram R$ 135.920,11 no período analisado, dos quais foram executados R$ 124.920,11, evidenciando execução parcial dos recursos disponíveis.

Assistência Farmacêutica

Os recursos advindos da esfera federal destinados à Assistência Farmacêutica totalizaram R$ 67.444,80 no período analisado, tendo sido integralmente executados, o que corresponde a 100% de utilização do montante repassado.

No detalhamento dos componentes, a Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Primária à Saúde apresentou repasse de R$ 49.444,80, com execução total no mesmo valor, evidenciando a garantia do fornecimento de medicamentos e insumos essenciais à população.

Já o componente Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS registrou repasse de R$ 18.000,00, também com execução de 100%, demonstrando a aplicação integral dos recursos no fortalecimento da organização da assistência farmacêutica no âmbito municipal.

-

-

-

Média Complexidade

Os recursos advindos da esfera federal destinados à Média e Alta Complexidade (MAC) totalizaram R$ 300.720,48 no período analisado, tendo executado, o valor de 120.288,48.

De forma geral, observa-se que, na Atenção Primária à Saúde, houve importante volume de recursos destinados ao custeio e fortalecimento das ações, com execução significativa, especialmente no piso da atenção básica e no pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde. No âmbito da Vigilância em Saúde, destaca-se a execução integral dos recursos voltados ao pagamento dos Agentes de Combate às Endemias e ao apoio às ações de vigilância, contribuindo para o controle de agravos e a promoção da saúde. Em relação à Assistência Farmacêutica, verifica-se execução total dos recursos, garantindo o acesso a medicamentos e a organização dos serviços. De maneira consolidada, a gestão municipal recebeu o montante de R$ 5.500.629,36, dos quais foram executados R$ 3.676.888,00 demonstrando, de forma geral, boa capacidade de aplicação dos recursos, com destaque para os componentes que alcançaram 100% de execução.

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.
Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)
Data da consulta: 01/04/2026.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 01/04/2026.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Não houve auditoria no exercício de 2025.

11. Análises e Considerações Gerais

As análises apresentadas ao longo deste Relatório Anual de Gestão (RAG) 2025 evidenciam o compromisso da gestão municipal de São Pedro dos Crentes-MA com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da execução de ações, serviços, programas e estratégias voltadas à promoção, prevenção, assistência e vigilância em saúde. O presente relatório representa importante instrumento de avaliação, monitoramento, transparência e prestação de contas, permitindo acompanhar o desempenho das metas pactuadas, identificar avanços alcançados e reconhecer os desafios que ainda demandam maior atenção no âmbito da gestão municipal.

De forma geral, os resultados demonstram avanços significativos em diversas áreas estratégicas da saúde, com destaque para a organização da atenção básica, o fortalecimento das ações de vigilância em saúde, o acompanhamento das políticas voltadas à saúde da mulher, da criança, da pessoa idosa e das pessoas com condições crônicas, bem como o esforço contínuo na qualificação da rede de atenção e dos processos de gestão. Ao mesmo tempo, a análise dos indicadores e metas evidencia a necessidade de continuidade e aperfeiçoamento de ações em áreas que apresentaram cumprimento parcial ou não alcance, reforçando a importância do planejamento contínuo, do monitoramento sistemático e da tomada de decisão orientada por evidências.

Cabe destacar que a utilização dos instrumentos de planejamento e gestão, como o Plano Municipal de Saúde, a Programação Anual de Saúde e o próprio RAG, fortalece a capacidade institucional do município, favorecendo maior integração entre planejamento, execução, avaliação e financiamento. Além disso, possibilita maior alinhamento entre as necessidades de saúde da população, a capacidade operacional da rede e a aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão mais eficiente, transparente e resolutiva.

Assim, conclui-se que o exercício de 2025 foi marcado por importantes avanços no desenvolvimento das ações e serviços de saúde, ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de manter e aprimorar estratégias que promovam a ampliação do acesso, a qualificação da assistência, o fortalecimento das redes de atenção e a melhoria contínua dos indicadores de saúde. Nesse contexto, o RAG 2025 consolida-se como instrumento essencial para subsidiar o planejamento dos próximos exercícios, orientar a gestão e fortalecer o compromisso com a oferta de uma saúde pública de qualidade, humanizada e centrada nas reais necessidades da população.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

· Fortalecer a atenção materno-infantil, com foco na qualificação do pré-natal, parto, puerpério e acompanhamento da criança;

Intensificar as ações de prevenção e controle das doenças crônicas e dos agravos mais frequentes identificados nos dados de morbidade e mortalidade;

Fortalecer as ações de prevenção da gravidez na adolescência, com foco em educação em saúde;

Aprimorar as ações da Vigilância Sanitária, com fortalecimento das inspeções, do monitoramento sanitário e da coleta e análise da água para consumo humano, visando à prevenção de riscos e à proteção da saúde da população.

Fortalecer a Atenção Primária à Saúde, ampliando a resolutividade e o acompanhamento dos grupos prioritários;

Qualificar o monitoramento dos indicadores e a alimentação dos sistemas de informação em saúde;

Proporcionar reuniões qualificadas com as equipes com objetivo de acompanhar a situação de saúde do município e os instrumentos de planejamento;

Manter o acompanhamento da execução dos recursos financeiros, assegurando transparência e efetividade na aplicação dos recursos públicos;

· Manutenção do compromisso com a aplicação mínima constitucional em saúde, buscando sempre a qualificação do gasto e a efetividade das ações e serviços prestados.

AMARENE MARIA DE SOUSA ARRUDA AGUIAR
Secretário(a) de Saúde
SÃO PEDRO DOS CRENTES/MA, 2025

Parecer do Conselho de Saúde

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Sem Parecer

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Sem Parecer

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

Sem Parecer

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Sem Parecer

Auditorias

- Considerações:

Sem Parecer

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

Sem Parecer

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

Sem Parecer

Status do Parecer: Em Análise no Conselho de Saúde

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DOS CRENTES -MA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE EXPOSIÇÃO CIRCUNSTANCIADA DA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA - EXERCÍCIO 2024

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São Pedro dos Crentes/MA, no exercício de 2024, consolidou suas ações para atender aproximadamente aproximadamente 1.083 alunos, conforme dados de matrículas anteriores, nas modalidades Educação Infantil, Anos Iniciais, e Anos Finais . Este relatório apresenta uma visão abrangente das principais ações e definições de trabalho de todos os departamentos da SEMED, alinhando -se às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Plano Nacional de Educação (PNE), no ano de 2024 uma ação que merece destaque no cumprimento da Meta 6 do PNE, onde mais de 50% das Escolas passaram a funcionar na modalidade Tempo Integral, e essas ações seguem as orientações do Plano Municipal de Educação (PME).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) tem a função de formular políticas públicas e diretrizes gerais que visem melhorias e a garantia da qualidade do modelo da educação, aumentando os índices de escolaridade no município. A SEMED é responsável por promover pesquisas, planos e projetos educacionais, e participar do desenvolvimento de atividades culturais, artísticas, técnicas e científicas.

Atendimento: 8h às 12h e das 14h às 17h de segunda à sexta-feira.

Contato: educacao@saopedroscrentes.ma.gov.br

Endereço: Praça da Independência, Centro, São Pedro dos Crentes/MA .

ACOMPANHAMENTO ESCOLAR

Definição de Trabalho: Oferece orientação pedagógica às escolas com atendimentos, visitas domiciliares e palestras, assegurando acesso e permanência escolar e definindo os caminhos a serem traçados para o alcance das metas estabelecidas entre SEMED e Escolas.

ALMOXARIFADO

Definição de Trabalho: O setor de Almoxarifado da SEMED de São Pedro dos Crentes gerencia o armazenamento e a distribuição de materiais de apoio, como itens de limpeza e materiais escolares. Atua

garantindo suporte logístico eficiente às unidades escolares, assegurando que recursos essenciais estejam disponíveis para o bom funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Definição de Trabalho: Organiza processos formativos para profissionais da Educação Infantil, alinhados às diretrizes, realizando monitoramento das ações, avaliação, visitas in loco, com o objetivo de acompanhar de perto os trabalhos desenvolvidos com as crianças pequenas.

ANOS INICIAIS

Definição de Trabalho: O setor dos Anos Iniciais da SEMED de São Pedro dos Crentes promove a formação integral dos alunos do 1º ao 5º ano, com foco em equidade, cidadania e desenvolvimento acadêmico e socioemocional. Oferece suporte às coordenações e direções escolares, além de articular a comunicação e o envolvimento das famílias e da comunidade no processo educativo.

ANOS FINAIS

Definição de Trabalho: O setor dos Anos Finais da rede municipal de São Pedro dos Crentes orienta as escolas do 6º ao 9º ano, desenvolvendo projetos e formações que fortalecem o processo de ensino e aprendizagem. Foca na preparação dos estudantes para as avaliações externas, na transição para o ensino médio e no desenvolvimento de competências essenciais para a atuação profissional e cidadã nas etapas seguintes.

DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR

Definição de Trabalho: O Departamento de Merenda Escolar de São Pedro dos Crentes apoia a gestão dos recursos federais e o acompanhamento nutricional, garantindo a oferta de uma alimentação escolar de qualidade, segura e adequada às necessidades dos estudantes. Atua no planejamento de cardápios, supervisão do preparo e distribuição das refeições, contribuindo para a saúde, o bem-estar e o aprendizado dos alunos.

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Definição de Trabalho: A Assessoria Pedagógica da SEMED de São Pedro dos Crentes oferece formação e suporte às equipes escolares, orientando o planejamento e a prática pedagógica. Atua no

alinhamento das ações às diretrizes educacionais municipais, estaduais e nacionais, fortalecendo a qualidade do ensino e contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

RECURSOS HUMANOS

Definição de Trabalho: O setor de Recursos Humanos da SEMED de São Pedro dos Crentes gerencia as demandas dos servidores, incluindo lotações, transferências e acompanhamento funcional. Também é responsável por organizar e inspecionar a documentação oficial das escolas, garantindo conformidade com as normas legais e administrativas. Atua como suporte essencial para o bom funcionamento da rede municipal de ensino.

SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS

Definição de Trabalho: O setor de Saúde e Prevenção nas Escolas integra o Programa Saúde na Escola (PSE), desenvolvendo ações voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e hábitos de vida saudáveis. Atua em parceria com as unidades escolares e a rede de saúde do município, beneficiando estudantes com orientações, campanhas, triagens e atividades educativas.

TRANSPORTES ESCOLARES

Definição de Trabalho: O setor de Transportes Escolares da SEMED de São Pedro dos Crentes organiza e gerencia as rotas de transporte, garantindo o acesso seguro e eficiente de todos os estudantes às escolas do município. Atua para otimizar trajetos, reduzir custos e assegurar pontualidade, contribuindo para a frequência escolar e o aprendizado de forma segura e organizada.

SETOR DE INCLUSÃO E ATENÇÃO À DIVERSIDADE

Definição de Trabalho: O Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade, no município de São Pedro dos Crentes, atua na promoção de políticas e ações que garantam equidade e respeito às diferenças no ambiente escolar. Desenvolve formações, palestras e projetos voltados para a valorização da diversidade e a eliminação de barreiras que dificultem o acesso e a permanência dos estudantes. Atende especialmente alunos com deficiência, comunidades do campo, migrantes

e outros grupos em situação de vulnerabilidade, orientando as escolas na construção de práticas pedagógicas inclusivas e de respeito aos direitos humanos.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Definição de Trabalho: A Biblioteca Pública Municipal de São Pedro dos Crentes oferece atendimento de qualidade à comunidade, promovendo o acesso democrático à informação, à cultura e ao conhecimento. Desenvolve projetos de leitura, ações culturais e educativas que incentivam o hábito de ler e fortalecem a aprendizagem, atendendo estudantes, educadores e o público em geral.

INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS

Definição de Trabalho: O setor de Infraestrutura das Escolas de São Pedro dos Crentes garante ambientes escolares seguros, acessíveis e adequados ao ensino, por meio de projetos arquitetônicos, acompanhamento de obras, reformas e manutenção predial. Atua para oferecer espaços modernos e bem estruturados, que favoreçam a aprendizagem e o bem-estar de toda a comunidade escolar.

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL – META 6 DO PNE

São Pedro dos Crentes supera o percentual nacional exigido pela **Meta 6 do PNE**, garantindo educação em tempo integral para além das 4 horas diárias, com atividades pedagógicas, culturais e esportivas que favorecem a formação integral dos estudantes. O município investe na formação docente, na gestão escolar e na infraestrutura, assegurando oportunidades ampliadas de aprendizagem e fortalecendo a comunidade escolar.

CONCLUSÃO

Em 2024, a SEMED de São Pedro dos Crentes/MA, com a atuação integrada de todos os departamentos, avançou na oferta de uma educação inclusiva, sustentável e de qualidade. As ações atenderam às necessidades de mais de 1.083 (mil e oitenta e três) alunos, promovendo equidade, cidadania e bem-estar, em conformidade com as metas nacionais e locais. Um dos destaques foi a ampliação do atendimento em tempo integral, alcançando 66% das escolas da

rede, o que garantiu que mais de 50% dos estudantes do município tivessem acesso a uma jornada escolar ampliada, com atividades pedagógicas, culturais e esportivas que fortalecem o aprendizado e o desenvolvimento integral.

São Pedro dos Crentes/MA, 13 de agosto de 2025.

_____ _____ _____

COORDENADOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretária Municipal de Educação – SEMED

Considerações Preliminares

O Orçamento Público constitui instrumento fundamental de planejamento e gestão, permitindo ao Poder Público programar e executar suas ações com base nas prioridades estabelecidas pela sociedade e aprovadas pelo Poder Legislativo.

Nesse contexto, a execução orçamentária municipal observa o ciclo de planejamento composto pelos seguintes instrumentos legais:

- Plano Plurianual – PPA
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
- Lei Orçamentária Anual – LOA

Esses instrumentos são responsáveis por estabelecer metas, prioridades e diretrizes para a administração pública, garantindo transparência e responsabilidade na gestão fiscal.

Plano Plurianual - PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

O Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2022 a 2025 foi devidamente aprovada pelo Poder Legislativo, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para o período.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO definiu as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2025, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disciplinando aspectos da política fiscal e financeira do Município.

Lei Orçamentária Anual – LOA

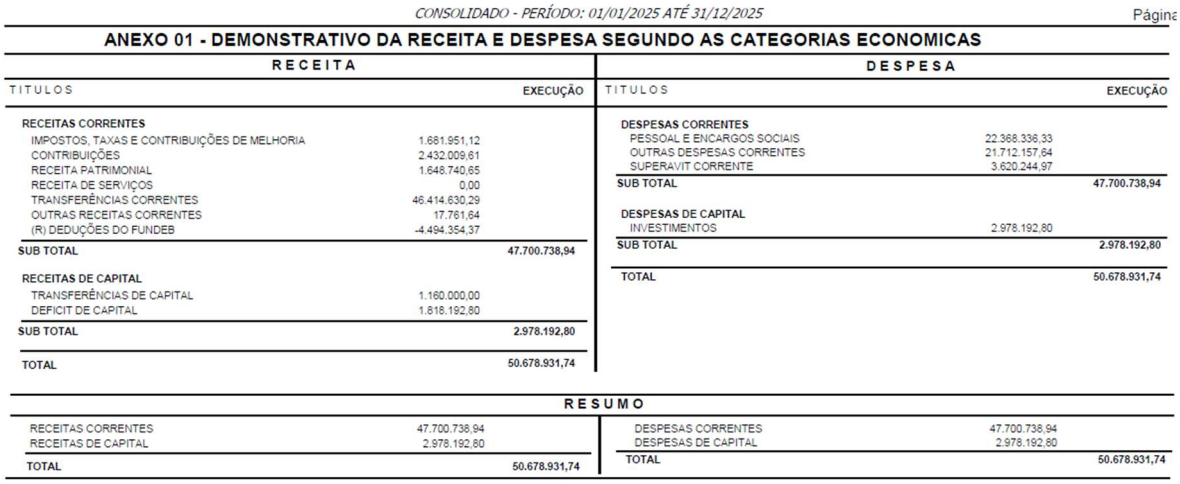
A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, devidamente aprovada pelo Legislativo apresenta as disposições abaixo detalhadas, estimou a receita e fixou a despesa no montante total de R$ 134.615.480,50 (cento trinta e quatro milhões seiscentos e quinze mil quatrocentos oitenta reais cinquenta centavos) já considerando as deduções para o FUNDEB no montante de R$ 5.763.340,00 (cinco milhões setecentos sessenta e três mil trezentos e quarenta reais) conforme demonstrado no quadro de receitas e despesas segundo as categorias econômicas.

1. Previsão da Receita e a Fixação da Despesa na Lei Orçamentária Anual

A previsão da receita e fixação da despesa na Lei Orçamentária para o exercício de 2025, encontra-se assim definida, conforme quadro abaixo:

Demonstrativo da Receita e da Despesa segundo as categorias econômicas - RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	**85.453.634,35**	**DESPESAS CORRENTES**	**47.700.738,94**
RECEITAS DE CAPITAL	**404.856,92**	**DESPESAS DE CAPITAL**	**2.978.192,80**

RECEITA RETIFICADORA - FUNDEB	(5.206.823,96)		
T O T A L	**50.678.931,74**	**T O T A L**	**50.678.931,74**



CONSOLIDADO - PERÍODO: 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025 Página

ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

RECEITA

TITULOS		EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.681.951,12	
CONTRIBUIÇÕES	2.432.009,61	
RECEITA PATRIMONIAL	1.648.740,65	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.414.630,29	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.761,64	
(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-4.494.354,37	
SUB TOTAL		**47.700.738,94**
RECEITAS DE CAPITAL		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.160.000,00	
DEFICIT DE CAPITAL	1.818.192,80	
SUB TOTAL		**2.978.192,80**
TOTAL		**50.678.931,74**

DESPESA

TITULOS		EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.368.336,33	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.712.157,64	
SUPERAVIT CORRENTE	3.620.244,97	
SUB TOTAL		**47.700.738,94**
DESPESAS DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS	2.978.192,80	
SUB TOTAL		**2.978.192,80**
TOTAL		**50.678.931,74**

RESUMO

RECEITAS CORRENTES	47.700.738,94		DESPESAS CORRENTES	47.700.738,94	
RECEITAS DE CAPITAL	2.978.192,80		DESPESAS DE CAPITAL	2.978.192,80	
TOTAL		**50.678.931,74**	**TOTAL**		**50.678.931,74**

2. Alterações do Orçamento

Para a obtenção dos recursos necessários à execução orçamentária do exercício, foram abertos créditos adicionais a abertura dos créditos adicionais processou-se com a publicação de diplomas legais, representados pela Lei Orçamentária e decretos.

Os recursos utilizados para a abertura de créditos adicionais observaram o disposto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, sendo lastreada principalmente em:

- excesso de arrecadação;
- superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;
- anulações parciais de dotações

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES
PERIODO: 01/01/2025 até 31/12/2025

ENTIDADE: **CONSOLIDADO**
EXERCÍCIO: **2025**
LEI ORÇAMENTÁRIA Nº **442** DE **19/11/2024**
DESPESA TOTAL FIXADA: R$ **80.651.667,31**
PERCENTUAL AUTORIZADO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA SUPLEMENTAÇÃO: **100%** **(80.651.667,31)**
REMANEJAMENTO: **0%** **(0,00)**

AUTORIZAÇÃO					SUPLEMENTAÇÃO			ESPECIAL			EXTRAORDINÁRIO COM ORIGEM DE RECURSO			EXTRAORDINÁRIO SEM ORIGEM DE RECURSO	REMANEJAMENTO TRANSFERÊNCIA TRANSPOSIÇÃO ALT.FONTE REC.
LEI		DECRETO/PORTARIA			ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERAVIT OU OP. DE CREDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERAVIT OU OP. DE CREDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERAVIT OU OP. DE CREDITO		
Nº	DATA	Tipo	Nº	DATA											
442	19/11/2024	D	1	02/01/2025	5.804.000,00										
442	19/11/2024	D	1	04/01/2025	304.000,00										
442	19/11/2024	D	2	01/02/2025	2.710.000,00										
	21/08/2023	D	3	01/03/2025	2.221.000,00										
442	19/11/2024	D	2	01/03/2025	1.408.000,00										
442	19/11/2024	D	4	01/04/2025	5.280.000,00										
442	19/11/2024	D	3	01/04/2025	180.000,00										
442	19/11/2024	D	5	01/05/2025	1.320.000,00										
442	19/11/2024	D	4	02/05/2025	430.000,00										
442	19/11/2024	D	6	01/06/2025	2.541.000,00										
442	19/11/2024	D	7	01/07/2025	1.915.000,00										
442	19/11/2024	D	5	01/07/2025	50.000,00										
442	19/11/2024	D	6	01/07/2025	50.000,00										
442	19/11/2024	D	8	01/08/2025	2.825.000,00										
442	19/11/2024	D	7	01/08/2025	50.000,00										
442	19/11/2024	D	9	01/09/2025	2.675.000,00										
442	19/11/2024	D	8	01/09/2025	10.000,00										
442	19/11/2024	D	18	01/10/2025	1.820.000,00										
442	19/11/2024	D	19	01/11/2025	1.965.000,00										
442	19/11/2024	D	9	01/11/2025	89.000,00										
442	19/11/2024	D	10	01/11/2025	20.000,00										
442	19/11/2024	D	20	01/12/2025	1.988.503,06										
442	19/11/2024	D	11	01/12/2025	100.000,00										
				TOTAIS	35.755.503,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL SUPLEMENTADO SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA(442): 33.534.503,06 (41,579%)
EXCEÇÕES SUPLEMENTADO SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA(442): 0,00 (0,00%)
TOTAL CONSIDERADO SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA(442): 33.534.503,06 (41,579%)
TOTAL CONSIDERADO SOBRE A LEI LDO(412): 0,00 (0,00%)

No quadro acima verifica-se que do percentual de 100% autorizado na Lei Orçamentária, o Município de São Pedro dos Crentes, efetivamente o fez através de suplementação por anulação o montante de R$ 33.534.503,06 (trinta e três milhões quinhentos trinta e quatro mil quinhentos e três reais seis centavos) correspondendo a 41,57%, observando o limite permitido na LOA.

3. Balanços Gerais

As demonstrações contábeis que compõem os Balanços do Município, referentes ao exercício de 2025, foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Quanto às diretrizes contábeis, é utilizado o regime de caixa para a realização das receitas e o de competência para a execução das despesas, de conformidade com o artigo 35 da Lei mencionada.

Os anexos do Balanço Geral encontram-se em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da NBC TSP 16.6, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do padrão estabelecido pelo Decreto nº 10.540, de 5 de novembro

de 2020 (SIAFIC).

3.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário sintetiza as receitas e despesas previstas e fixadas no orçamento, como também as receitas e despesas realizadas, evidenciando, ainda, as diferenças entre elas.

PREFEITURA M.DE S.PEDRO DOS CRENTES
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025 — DEZEMBRO(31/12/2025) — Pág.: 1 de 3

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-Orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	80.246.810,39	80.246.810,39	47.700.738,94	-32.546.071,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.343.290,33	1.343.290,33	1.681.951,12	338.660,79
Impostos	571.837,50	571.837,50	1.544.681,07	972.843,57
Taxas	771.452,83	771.452,83	137.270,05	-634.182,78
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.312.075,01	1.312.075,01	2.432.009,61	1.119.934,60
Contribuições Sociais	670.014,25	670.014,25	2.432.009,61	1.761.995,36
Contribuições Econômicas	342.913,82	342.913,82	0,00	-342.913,82
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	299.146,94	299.146,94	0,00	-299.146,94
RECEITA PATRIMONIAL	933.355,24	933.355,24	1.648.740,65	715.385,41
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	29.392,65	29.392,65	0,00	-29.392,65
Valores Mobiliários	399.303,70	399.303,70	1.648.724,86	1.249.421,16
Receita Cessão de Direitos	500.250,00	500.250,00	0,00	-500.250,00
Outras Receitas Patrimoniais	4.408,89	4.408,89	15,79	-4.393,10
RECEITA DE SERVIÇOS	11.051.983,62	11.051.983,62	0,00	-11.051.983,62
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	19.595,07	19.595,07	0,00	-19.595,07
Outros Serviços	11.032.388,55	11.032.388,55	0,00	-11.032.388,55
TRANSFERENCIAS CORRENTES	62.262.849,21	62.262.849,21	41.920.275,92	-20.342.573,29
Transferências da União e de suas Entidades	47.415.983,58	47.415.983,58	29.792.487,35	-17.623.496,23
Transferências do Estado e de suas Entidades	7.241.976,66	7.241.976,66	6.442.462,77	-799.513,89
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.604.888,97	7.604.888,97	5.685.325,80	-1.919.563,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.343.256,98	3.343.256,98	17.761,64	-3.325.495,34
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	0,00	0,00	17.761,64	17.761,64
Demais Receitas Correntes	3.343.256,98	3.343.256,98	0,00	-3.343.256,98
RECEITAS DE CAPITAL (II)	404.856,92	404.856,92	1.160.000,00	755.143,08
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	404.856,92	404.856,92	1.160.000,00	755.143,08
Transferências da União e suas Entidades	404.856,92	404.856,92	1.160.000,00	755.143,08
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	80.651.667,31	80.651.667,31	48.860.738,94	-31.790.928,37
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	80.651.667,31	80.651.667,31	48.860.738,94	-31.790.928,37
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)	80.651.667,31	80.651.667,31	48.860.738,94	-31.790.928,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	62.020.485,07	72.004.982,01	44.080.493,97	42.773.431,82	42.363.255,75	27.924.488,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.108.024,40	27.758.521,34	22.368.336,33	22.364.981,93	22.347.394,87	5.390.185,01
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	24.493,85	24.493,85	0,00	0,00	0,00	24.493,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.887.966,82	44.221.966,82	21.712.157,64	20.408.449,89	20.015.860,88	22.509.809,18
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	18.066.302,82	8.706.805,88	2.978.192,80	2.463.214,68	2.209.148,78	5.728.613,08
INVESTIMENTOS	17.698.895,16	8.599.398,22	2.978.192,80	2.463.214,68	2.209.148,78	5.621.205,42
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	367.407,66	107.407,66	0,00	0,00	0,00	107.407,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	564.879,42	189.879,42	0,00	0,00	0,00	189.879,42
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	80.651.667,31	80.901.667,31	47.058.686,77	45.236.646,50	44.572.404,53	33.842.980,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	80.651.667,31	80.901.667,31	47.058.686,77	45.236.646,50	44.572.404,53	33.842.980,54
SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	1.802.052,17	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	80.651.667,31	80.901.667,31	48.860.738,94	45.236.646,50	44.572.404,53	33.842.980,54
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	100.145,76	1.307.062,15	20.848,00	20.848,00	8.317,82	1.378.042,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	3.354,40	0,00	0,00	0,00	3.354,40
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.145,76	1.303.707,75	20.848,00	20.848,00	8.317,82	1.374.687,69
DESPESAS DE CAPITAL	1.638.887,11	514.978,12	625.481,65	625.481,65	300,00	1.528.083,58
INVESTIMENTOS	1.638.887,11	514.978,12	625.481,65	625.481,65	300,00	1.528.083,58
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.739.032,87	1.822.040,27	646.329,65	646.329,65	8.617,82	2.906.125,67

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(C)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	1.128.512,50	410.176,07	239.038,60	25,10	1.299.624,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.413,44	17.587,06	0,00	0,50	55.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.091.099,06	392.589,01	239.038,60	24,60	1.244.624,87
DESPESAS DE CAPITAL	660.390,96	254.065,90	535.425,26	0,00	379.031,60
INVESTIMENTOS	660.390,96	254.065,90	535.425,26	0,00	379.031,60
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.788.903,46	664.241,97	774.463,86	25,10	1.678.656,47

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ao efetuamos o confronto dos Valores nos Demonstrativos Contábeis o montante da Receita Realizada registrado no Balanço Orçamentário (R$ 48.860.738,94) confere com o demonstrado no Balanço Financeiro (R$ 48.860.738,94).

O montante da Despesa Empenhada registrado no Balanço Orçamentário (R$ 47.058.686,77) confere com o valor executado (despesa orçamentária) demonstrado no Balanço Financeiro (R$ 47.058.686,77).

O Balanço Orçamentário apresenta, de forma detalhada, as receitas classificadas por categoria econômica e fonte, contemplando a estimativa inicial, a estimativa atualizada, o valor efetivamente arrecadado e o resultado final, que evidencia a ocorrência de superávit ou déficit na arrecadação. De maneira análoga, as despesas estão organizadas por categoria econômica e tipo, incluindo a dotação inicial, a reestimativa, os valores empenhados, liquidados, pagos e o saldo remanescente.

Cabe destacar que, na consolidação do Balanço Orçamentário, são excluídas as transações intraorçamentárias — aquelas realizadas entre unidades do mesmo ente — a fim de evitar duplicidade nos registros de receitas e despesas.

Verifica-se, ainda, se os demonstrativos do Balanço Orçamentário estão em conformidade com a estrutura definida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A análise comparativa entre as receitas orçamentárias previstas e realizadas, bem como entre as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, fornece importantes indicativos sobre a situação fiscal do ente público. Observa-se, conforme o Balanço Orçamentário, que a dotação orçamentária do Município foi atualizado de R$ 80.651.667,31 (oitenta milhões seiscentos cinquenta e um mil seiscentos sessenta e sete reais trinta e um centavos) para R$ 80.901.667,31 (oitenta milhões novecentos e um mil seiscentos sessenta e sete reais trinta e um centavos), em decorrência de excesso de arrecadação, créditos adicionais e remanejamentos, excesso de arrecadação com relação à previsão e ainda Superávit Financeiro – Balanço Patrimonial – Exercício anterior.

3.1.1 Receitas e Despesas Orçamentárias (comparativos)

3.1.1.1 Receita Prevista e Receita Arrecadada

Do confronto entre a receita estimada e a efetivamente arrecadada, verifica-se que o Município apresentou frustração de arrecadação no montante de R$ 31.790.928,37.

RECEITAS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA	
			P/ MAIS	P/ MENOS
Correntes	85.453.634,35	52.195.093,31		33.258.541,04
Capital	404.856,92	1.160.000,00	755.143,08	
Dedução FUNDEB	(5.206.823,96)	(4.494.354,37)	712.469,59	
TOTAL	80.651.667,31	48.860.738,94		31.790.928,37

3.1.1.2 Despesa Fixada e Despesa Realizada

Confrontando-se a despesa fixada com a despesa realizada, constata-se uma diferença, a menor.

DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA
Orçamentária	80.901.667,31	47.058.686,77	33.842.980,54

3.1.1.3 Equilíbrio Fiscal – Resultado Orçamentário

No tocante ao equilíbrio fiscal do exercício de 2025, que avalia a relação entre receitas e despesas orçamentárias permite verificar se o ente público apresenta superávit ou déficit fiscal, sendo essa análise essencial para aferir sua sustentabilidade financeira de longo prazo.

Com base nas informações constantes no Balanço Orçamentário o qual demonstra o seguinte resultado orçamentário:

- Receita Realizada: R$ 48.860.738,94
- Despesa Empenhada: R$ 47.058.686,77
- **RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Superávit ➔ R$ 1.802.052,17**

Tendo em vista que o resultado do Município foi superavitário, de acordo com o disposto no § 1º do art. 1º, na alínea “b” do inciso I do art. 4º e no caput do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),combinado com a alínea “b” do art. 48 da Lei nº 4.320/1964.

O resultado orçamentário superavitário demonstra que a execução da despesa

ocorreu em patamar compatível com a arrecadação efetiva do exercício, evidenciando gestão fiscal responsável e observância ao princípio do equilíbrio das contas públicas previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil que reflete a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

A posição das contas de receita e despesas financeiras, bem como os saldos discriminados no Balanço Financeiro podem ser assim sumariados:

PREFEITURA M.DE S.PEDRO DOS CRENTES
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - MCASP

Exercício de 2025 — Dezembro(31/12/2025) — Pág.: 1

CONSOLIDADO

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Anual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Anual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		48.860.738,94	42.914.953,33	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		47.068.686,77	40.576.935,90
RECURSOS NÃO VINCULADOS		22.469.742,30	20.508.241,94	RECURSOS NÃO VINCULADOS		27.129.765,90	23.394.870,21
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		22.796.546,72	19.569.014,56	RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		18.869.908,33	16.357.952,54
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		14.502.048,87	12.962.956,27	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		14.298.466,82	12.445.620,85
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		5.995.452,02	4.806.286,24	RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		4.469.231,84	3.650.391,84
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		649.739,26	273.123,06	RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		102.209,67	261.939,85
DEMAIS VINCULAÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS		1.553.385,47	59.222,21	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		1.059.012,54	824.113,15
OUTRAS VINCULAÇÕES		95.921,10	1.467.426,78	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		1.059.012,54	824.113,15
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		3.594.449,92	2.837.696,83	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		7.713.236,51	6.910.724,85
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		3.594.449,92	2.837.696,83	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		7.713.236,51	6.910.724,85
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		7.713.236,51	6.922.933,53	REPASSE CONCEDIDO		7.713.236,51	6.910.724,85
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		7.713.236,51	6.862.933,53	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		5.025.235,26	5.205.959,30
REPASSE RECEBIDO		7.713.236,51	6.862.933,53	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		1.420.793,51	1.963.485,56
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	60.000,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		646.329,65	157.887,78
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	60.000,00	RP PROCESSADOS PAGOS		774.463,86	1.805.597,78
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		6.513.691,61	4.583.286,10	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		3.353.034,43	3.001.700,00
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		2.486.282,24	1.231.784,56	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		329.626,48	246.156,14
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.822.040,27	414.326,92	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		812.357,24	662.821,74
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		664.241,97	817.457,64	ISS		118.648,69	103.319,64
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		3.787.970,73	3.216.251,73	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		580.365,83	547.223,33
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		683.868,79	487.189,71	OUTROS CONSIGNATARIOS		381.049,72	369.317,99
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		812.357,24	662.464,61	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		58,00	0,00
ISS		118.648,69	103.347,48	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.063.503,57	1.016.886,06
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		579.944,50	515.144,04	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		66.713,67	42.515,12
OUTROS CONSIGNATARIOS		381.750,32	367.489,57	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		0,00	12.808,68
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		0,00	0,00	ISS		711,23	651,30
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		1.109.772,12	1.019.732,87	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		251.397,32	240.773,74
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		66.636,61	44.875,22	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		23.489,91	63.137,93
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		27.785,64	14.253,72	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		110.040,00	110.147,91
ISS		711,23	1.754,51	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		117.867,41	67.487,90
				SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		14.093.605,93	10.712.318,85

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS CONSIGNAÇÕES	6.495,59	0,00	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)	13.554.504,71	10.510.904,77
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	239.338,64	135.249,81	CAIXA	7.823,40	7.829,40
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	106.403,92	45.540,31	CONTA ÚNICA	227.890,16	21.966,37
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	48.984,03	56.566,16	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	27.846,71	374,19
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	83.950,69	33.143,34	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	11.434.924,31	10.009.425,10
			APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.856.020,13	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	10.903.187,41	8.984.765,94	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (RPPS)	138.545,13	201.414,08
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)	10.731.130,65	8.438.302,97	CONTA ÚNICA RPPS	138.545,13	201.414,08
CAIXA	7.823,40	13.758,90	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
CONTA ÚNICA	151.323,69	4.044,22	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	400.556,09	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	374,19	60,28	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	400.556,09	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	10.571.609,37	6.891.667,41			
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (RPPS)	72.056,76	546.462,97			
CONTA ÚNICA RPPS	72.056,76	546.462,97			
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00			
TOTAL	73.890.754,47	63.405.938,90	TOTAL	73.890.754,47	63.405.938,90

O saldo de Caixa e Bancos coincide com os existentes no grupo “Disponível" do Balanço Patrimonial, o que demonstra a sua exatidão.

Este demonstrativo evidencia os ingressos e dispêndios de recursos no exercício financeiro. Dessa forma, partindo do item Disponível do Exercício Anterior (saldo inicial), deve-se adicionar a receita orçamentária, as transferências financeiras recebidas e os recebimentos extraorçamentários e subtrair as despesas orçamentárias, as transferências financeiras concedidas e pagamentos extraorçamentários, chegando-se, assim, ao valor do Disponível para o Exercício Seguinte (saldo final).

Analisando os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), esses valores, quando retidos ou consignados sob responsabilidade de determinado órgão ou entidade, devem ser registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa, no grupo de contas do PCASP 1.1.1.3.0 — Caixa e Equivalentes de Caixa — Valores Restituíveis e Vinculados. Paralelamente, deve ser reconhecida a obrigação correspondente no passivo em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados — do MCASP.

O Balanço Financeiro evidencia todos os ingressos e dispêndios financeiros ocorridos no exercício, incluindo operações orçamentárias e extraorçamentárias.

Ingressos Financeiros

Os ingressos totais em 2025 foram:

Descrição	Valor (R$)
Receita orçamentária	48.860.738,94
Transferências financeiras recebidas	7.713.236,51
Recebimentos extraorçamentários	6.513.591,61
Saldo do exercício anterior	10.803.187,41
Total	**73.890.754,47**

Comparando com 2024, verifica-se expressivo crescimento das receitas orçamentárias, que passaram de R$ 42.914.953,33 para R$ 48.860.738,94.

Dispêndios Financeiros

Os dispêndios no exercício apresentaram os seguintes valores:

Descrição	Valor (R$)
Despesa orçamentária	47.058.686,77
Transferências financeiras concedidas	7.713.236,51
Pagamentos extraorçamentários	5.025.225,26
Saldo para exercício seguinte	14.093.605,93

Descrição	Valor (R$)
Total	73.890.754,47

O balanço financeiro demonstra equilíbrio entre ingressos e dispêndios, conforme exige a contabilidade pública.

O aumento do saldo disponível ao final do exercício, que passou de R$ 10.803.187,41 para R$ 14.093.605,93, evidencia melhoria na liquidez financeira do Município, proporcionando maior capacidade de cumprimento de obrigações no exercício subsequente.

3.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais evidencia os efeitos ocorridos no patrimônio do Município durante o exercício, e indica o resultado patrimonial.

O resultado patrimonial do exercício é obtido pelo confronto entre as variações ativas e passivas, conforme observado a seguir:

PREFEITURA M.DE S.PEDRO DOS CRENTES
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2025 — Dezembro(31/12/2025) — Pág.: 1

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual / Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual / Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		1.681.951,12 / 1.578.751,61	PESSOAL E ENCARGOS		21.532.923,06 / 16.987.621,72
IMPOSTOS		1.544.681,07 / 1.484.729,35	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		19.052.079,19 / 15.152.971,16
TAXAS		137.270,05 / 94.022,26	ENCARGOS PATRONAIS		2.436.178,81 / 1.834.650,56
CONTRIBUIÇÕES		2.432.009,61 / 2.291.232,36	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		44.665,06 / 0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.432.009,61 / 2.283.953,60	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		773.028,87 / 586.950,46
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00 / 7.278,76	APOSENTADORIAS E REFORMAS		773.028,87 / 586.950,46
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		15,79 / 0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		20.113.105,90 / 17.871.867,23
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		15,79 / 0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		9.864.538,44 / 9.490.674,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		1.648.724,86 / 814.659,10	SERVIÇOS		10.248.567,46 / 8.381.193,03
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		1.648.724,86 / 814.659,10	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		58,00 / 0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		55.287.866,80 / 46.431.183,44	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		58,00 / 0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		7.713.236,51 / 5.671.766,40	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		12.207.590,88 / 11.115.025,37
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		47.574.630,29 / 40.759.417,04	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		7.713.236,51 / 6.910.724,85
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		25,10 / 0,00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		4.494.354,37 / 4.204.300,52
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		25,10 / 0,00	TRIBUTÁRIAS		177.176,83 / 107.608,50
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		17.761,64 / 453.169,09	CONTRIBUIÇÕES		177.176,83 / 107.608,50
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		17.761,64 / 453.169,09	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		134.280,16 / 238.128,88
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		61.068.354,92 / 51.568.995,60	PREMIAÇÕES		4.712,16 / 53.263,94
TOTAL		61.068.354,92 / 51.568.995,60	INCENTIVOS		123.968,00 / 135.692,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		5.600,00 / 49.172,94
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		54.938.163,70 / 46.907.202,16
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)		4.687.741,55 / 0,00
			TOTAL		59.625.905,25 / 46.907.202,16

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		3.088.696,33	4.086.684,39
INVESTIMENTOS		3.088.696,33	4.086.684,39
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	-2.210,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	-2.210,84

3.3.1 Resultado Patrimonial do Exercício

O resultado patrimonial é a diferença entre as variações patrimoniais ativas e as passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. No presente exercício de 2025, registrou-se um superávit patrimonial de R$ 4.687.741,55 (quatro milhões seiscentos oitenta e sete mil setecentos quarenta e um reais cinquenta e cinco centavos) conforme o quadro acima.

3.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, em situação estática, as contas representativas de bens, direitos, obrigações e o saldo patrimonial positivo ou negativo, da entidade pública.

Este Balanço foi elaborado em obediência às normas legais e, em especial, àquelas estabelecidas na Lei nº 4.320/64, compreendendo Ativo e Passivo e estruturado conforme o que dispõe o seu art. 105.

PREFEITURA M.DE S.PEDRO DOS CRENTES
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025 — Dezembro(31/12/2025) — Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL — CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		18.802.564,79	15.436.322,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		14.093.605,93	10.803.187,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		11.837.029,71	10.803.187,41
CAIXA	F	7.823,40	7.823,40
CONTA ÚNICA	F	227.890,16	151.323,69
CONTA ÚNICA RPPS	F	138.545,13	72.056,76
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	F	27.846,71	374,19
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	F	11.434.924,31	10.571.609,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA ESTRANGEIRA		1.856.020,13	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	1.856.020,13	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES RESTITUÍVEIS E VINCULADOS		400.556,09	0,00
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	400.556,09	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		4.704.223,86	4.633.135,18
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		59.030,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P	59.030,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		4.645.193,86	4.633.135,18
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	4.261.110,64	4.344.024,65
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	227.866,65	166.810,68
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	156.216,57	122.299,85
ESTOQUES		4.735,00	0,00
ALMOXARIFADO		4.735,00	0,00
AUTOPEÇAS	P	200,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	4.535,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.236.735,11	148.038,78
IMOBILIZADO		3.236.735,11	148.038,78
BENS MOVEIS		1.088.798,98	148.038,78
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	221.009,68	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	12.640,00	12.640,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	280.890,42	17.098,78
VEÍCULOS	P	574.258,88	118.300,00
BENS IMÓVEIS		2.147.936,13	0,00
BENS DE USO ESPECIAL	P	538.312,38	0,00
BENS DE USO COMUM DO POVO	P	1.341.849,75	0,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	267.774,00	0,00
TOTAL		22.039.299,90	15.584.361,37

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		4.055.652,50	3.811.377,91
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		56.105,23	38.479,73
PESSOAL A PAGAR		22.692,06	5.105,50
PESSOAL A PAGAR	F	22.692,06	5.105,50
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		33.413,17	33.374,23
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	1.105,23	1.066,29
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	32.307,94	32.307,94
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.621.004,67	1.748.877,16
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		1.621.004,67	1.748.877,16
FORNECEDORES NACIONAIS	F	1.605.053,91	1.748.877,16
CONTAS A PAGAR NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	F	15.950,76	0,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		2.378.542,60	2.024.021,02
VALORES RESTITUÍVEIS		2.376.996,03	2.022.474,45
CONSIGNAÇÕES	F	2.162.373,21	1.807.851,63
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	F	151,72	151,72
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	214.471,10	214.471,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.546,57	1.546,57
DIARIAS A PAGAR	F	1.546,57	1.546,57
TOTAL PASSIVO		4.055.652,50	3.811.377,91

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.189.301,66	9.219.672,76
RESULTADOS ACUMULADOS		14.189.301,66	9.219.672,76
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		14.189.301,66	9.219.672,76
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		4.969.628,90	-1.215.714,65
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		9.219.672,76	10.435.387,41
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.189.301,66	9.219.672,76
TOTAL		18.244.954,16	13.031.050,67

A) QUADRO PRINCIPAL — CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-OFSS

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		16.483.642,01	16.483.642,01	PASSIVO FINANCEIRO (4.949.565,89)+RP não Proc (2.906.125,67)		7.855.691,56	6.688.598,76
ATIVO PERMANENTE		11.052.823,71	11.052.823,71	PASSIVO PERMANENTE		3.256.109,10	3.256.109,10
				SALDO PATRIMONIAL		16.424.665,06	17.591.757,86

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

CNPJ: 01.577.844/0001–62

Av. Canaã, n° 102, Centro, CEP: 65.978-000

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		12.861,51	12.861,51	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		38.643.029,63	20.470.904,87
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		38.643.029,63	20.470.904,87
DIREITOS CONTRATUAIS		12.861,51	12.861,51	TOTAL		38.643.029,63	20.470.904,87
TOTAL		12.861,51	12.861,51				

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		18.738.799,79	15.436.322,59	PASSIVO CIRCULANTE		4.055.652,50	3.811.377,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		14.093.605,93	10.803.187,41	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		56.105,23	38.479,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		11.837.029,71	10.803.187,41	PESSOAL A PAGAR		22.692,06	5.105,50
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		11.434.924,31	10.571.609,37	PESSOAL A PAGAR		22.692,06	5.105,50
CAIXA		7.823,40	7.823,40	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		33.413,17	33.374,23
CONTA ÚNICA		227.890,16	151.323,69	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		32.307,94	32.307,94
CONTA ÚNICA RPPS		138.545,13	72.056,76	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		1.105,23	1.066,29
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		27.846,71	374,19	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.621.004,67	1.748.877,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA ESTRANGEIRA		1.856.020,13	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		1.621.004,67	1.748.877,16
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		1.856.020,13	0,00	CONTAS A PAGAR NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PREC/		15.950,76	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES RESTITUÍVEIS E VIN		400.556,09	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS		1.605.053,91	1.748.877,16
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS		400.556,09	0,00	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO I		2.378.542,60	2.024.021,02
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		4.645.193,86	4.633.135,18	VALORES RESTITUÍVEIS		2.376.996,03	2.022.474,45
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		4.645.193,86	4.633.135,18	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS		151,72	151,72
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		4.261.110,64	4.344.024,65	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		214.471,10	214.471,10
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		227.866,65	166.810,68	CONSIGNAÇÕES		2.162.373,21	1.807.851,63
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE I		156.216,57	122.299,85	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.546,57	1.546,57
TOTAL		18.738.799,79	15.436.322,59	DIARIAS A PAGAR		1.546,57	1.546,57
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		2.906.125,67	1.739.032,87
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		2.906.125,67	1.739.032,87
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		1.084.085,40	6.693,11
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		1.084.085,40	6.693,11
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.822.040,27	1.732.339,76
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.822.040,27	1.732.339,76
				TOTAL		6.961.778,17	5.550.410,78

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		63.765,00	0,00				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		59.030,00	0,00				
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		59.030,00	0,00				
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL		59.030,00	0,00				
ESTOQUES		4.735,00	0,00				
ALMOXARIFADO		4.735,00	0,00				
AUTOPEÇAS		200,00	0,00				
MATERIAL DE EXPEDIENTE		4.535,00	0,00				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.236.735,11	148.038,78				
IMOBILIZADO		3.236.735,11	148.038,78				
BENS MOVEIS		1.088.798,95	148.038,78				
BENS DE INFORMÁTICA		12.640,00	12.640,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		280.890,42	17.098,78				
VEÍCULOS		574.258,88	118.300,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		221.009,68	0,00				
BENS IMÓVEIS		2.147.936,13	0,00				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		267.774,00	0,00				
BENS DE USO ESPECIAL		538.312,38	0,00				
BENS DE USO COMUM DO POVO		1.341.849,75	0,00				
TOTAL		3.300.500,11	148.038,78				

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			ATUAL	EXERC. ANTERIOR
0	SEM ESPECIFICAção		8.597.487,32	-5.870,89
500	Recursos não Vinculados de Impostos		7.958.756,93	-5.870,89
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios		250,08	0,00
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades		1.167,32	0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		524.324,96	0,00
801	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		185,91	0,00
869	Outros Recursos Extraorçamentários		112.802,12	0,00
1	RECURSOS DO EXERCíCIO CORRENTE		2.970.285,92	-12.469,26
01	TESOURO		4.497,29	0,00
500	Recursos não Vinculados de Impostos		-15.752.923,96	-13.493,25
540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		-20.348,62	0,00
541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF		-20.848,01	0,00
542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT		-510.941,15	0,00
543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		-16.803,84	0,00
550	Transferência do Salário-Educação		19.222,27	0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		-222,50	0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)		-1.025,00	0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE		2,66	0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		999.836,78	0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		-2.485,86	0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		-247.461,27	0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		439.547,96	0,00
703	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades		1.211.666,79	0,00
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		2.928,19	0,00
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais		233.838,84	0,00
706	Transferência Especial da União		2.221.363,74	0,00
707	Transferências da União – inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020		-129.697,41	0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais		9.437,69	0,00
709	Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos		32.368,68	0,00
869	Outros Recursos Extraorçamentários		14.502.762,85	1.023,99
899	Outros Recursos Vinculados		-4.430,20	0,00
TOTAL			11.567.773,24	-18.340,15

Para melhor esclarecimento dos elementos que compõem esse balanço, seguem as informações complementares:

3.4.1 ATIVO

Descrição	2024 (R$)	2025 (R$)
Ativo Circulante	15.436.322,59	18.802.564,79
Ativo Não Circulante	148.038,78	3.236.735,11
Total do Ativo	15.584.361,37	22.039.299,90

Destacam-se:

- Imobilizado (bens móveis): **R$ 1.088.798,98**
- Imobilizado (bens imóveis): **R$ 2.147.936,13**

3.4.1.1 Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores que independem de autorização orçamentária para serem movimentados

3.4.1.1.1 Disponível

Este subgrupo representa o montante das disponibilidades em poder da Tesouraria, ou em forma de depósitos em instituições bancárias, de livre movimentação, como também as contas especiais, as quais para serem movimentadas obedecem a disposições legais, regulamentos ou contratos.

3.4.1.1.2 Realizável

Neste subgrupo são representados os valores financeiros em poder de terceiros, ou seja, neste caso em poder da Câmara Municipal pela falta da prestação de contas que deveria ter sido apresentada ao Setor Contábil desta Prefeitura para consolidação do balanço geral.

3.4.1.2 Ativo Permanente

Este grupo representa os bens, créditos e valores que para serem movimentados ou alienados, dependem de autorização legislativa.

3.4.2 PASSIVO

DESCRIÇÃO	2025 (R$)	2024 (r$)
Passivo circulante	4.055.652,50	3.811.377,91
Patrimônio Líquido	14.189.301,66	9.219.672,76

O passivo não circulante concentra principalmente obrigações previdenciárias e trabalhistas de longo prazo.

3.4.2.1 Passivo Financeiro

Este grupo representa os compromissos exigíveis a curto prazo de débitos de natureza financeira cuja movimentação independe de autorização orçamentária. Neste grupo encontram-se as contas que compõem a dívida flutuante.

3.4.3 Saldo Patrimonial

O Saldo Patrimonial é representado pela diferença entre os valores do Ativo Real e do Passivo Real. Se positiva a diferença, temos Ativo Real Líquido (constando no Passivo); se negativa, teremos Passivo Real a Descoberto.

O Saldo Patrimonial da Prefeitura (Consolidado) no exercício em análise totalizou R$ 14.189.301,66 (quatorze milhões cento oitenta e nove mil trezentos e um reais sessenta e seis centavos), O patrimônio líquido é composto principalmente por Superávit do exercício R$ 4.969.628,90 e dos exercícios anteriores com respectivos ajuste no montante

de R$ 9.219.672,76.

O município apresentou **Superávit** patrimonial do exercício R$ 14.189.301,66 (quatorze milhões cento oitenta e nove mil trezentos e um reais sessenta e seis centavos), esse resultado demonstra variação patrimonial positiva, evidenciando que os aumentos patrimoniais superaram as diminuições ocorridas durante o exercício.

4. Demais Resultados

Como informações complementares, passamos a relatar outros resultados alcançados pela gestão econômico-financeira desta Prefeitura, não obstante estes já tenham sido informados pelos diversos relatórios encaminhados a esse Egrégio Tribunal.

4.1. Da Educação - MDE

A Prefeitura Municipal aplicou o valor líquido na Manutenção e Desenvolvimento da Educação - MDE, o montante de R$ 7.548.735,21 (sete milhões quinhentos quarenta e oito mil setecentos trinta e cinco reais vinte e um centavos), oriundos das Receitas de Impostos e Transferências que totalizaram R$ 26.335.384,79 (vinte e seis milhões trezentos trinta e cinco mil trezentos oitenta e quatro reais setenta e nove centavos), correspondendo ao percentual de 28,66%, portanto, cumprindo o preceito constitucional.

4.1.1 - Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEB;

Dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e Valorização do Magistério que totalizaram R$ 13.531.898,23 (treze milhões quinhentos trinta e um mil oitocentos noventa e oito reais vinte e três centavos) incluindo rendimento de aplicação de R$ 88.393,49 (oitenta e oito mil trezentos noventa e três reais quarenta e nove centavos), o Município aplicou a título de remuneração dos profissionais da educação básica o percentual de **79,51%** que corresponde a R$ 10.395.429,07 (dez milhões trezentos noventa e cinco mil quatrocentos vinte e nove reais sete centavos), em cumprimento ao que determina legal.

Os registros de classificação da despesa foram efetuados em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 6ª edição, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001. A dotação inicial da Despesa para o FUNDEB em 2025 foi de R$ 19.762.424,91 (dezenove milhões setecentos sessenta e dois mil quatrocentos vinte e quatro reais noventa e um centavos), dos quais foram empenhados o montante de R$ 13.681.263,55 (treze milhões seiscentos oitenta e um mil duzentos sessenta e três reais cinquenta e cinco centavos) equivalente a 69,23% do total fixado, sendo destes pagos o montante de R$ 13.649.674,80 (treze milhões seiscentos quarenta e nove mil seiscentos setenta e quatro reais oitenta centavos) ficando em restos a pagar a importância de R$ 31.588,75 (trinta e um mil quinhentos oitenta e oito reais setenta e cinco centavos).

Conforme demonstrado e com base nos dados constantes no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, referente ao exercício de 2025, ***verifica-se que o Município de São Pedro dos Crentes – MA aplicou 100% dos recursos recebidos do FUNDEB no exercício, não havendo valores não aplicados.***

Dessa forma, o Município cumpriu integralmente o disposto no Art. 25, §3º, da Lei nº 14.113/2020, que estabelece a aplicação mínima de 90% dos recursos do FUNDEB

no exercício, permitindo diferimento de até 10% para o primeiro quadrimestre do exercício subsequente.

Há ainda que se ressaltar que resta efetivamente comprovado através do demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE - Anexo 08 RREO, mais precisamente nos itens 15, 16 e 17 que trata dos indicadores do art. 212-A, inciso XI e § 3º da Constituição Federal, conforme transcrito no quadro abaixo:

RECEITA TOTAL FUNDEB	**13.531.898,23**
Complementação VAAT	3.485.569,13

INDICADOR	VALOR EXIGIDO	VALOR APLICADO	% APLICADO
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	9.152.040,51	10.395.429,07	**79,51%**
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	1.742.784,56	2.578.766,67	**73,98%**
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	522.835,37	652.372,34	**18,72%**

FONTE: RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

Oportuno ressaltar que a receita oriunda de Complementação VAAT no exercício de 2025 totalizou o montante de R$ 3.485.569,13 (três milhões quatrocentos oitenta e cinco mil quinhentos sessenta e nove reais treze centavos).

O Município de São Pedro dos Crentes no exercício de 2025 conforme demonstrado no quadro acima **superou o mínimo exigido na legislação vigente com relação à Complementação VAAT tanto na Educação Infantil (73,98%) quanto na Despesa de Capital (18,72%).**

Oportuno ainda ressaltar que durante a análise da execução orçamentária e financeira dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – **FUNDEB**, referente ao exercício de 2025, verificou-se que o montante de despesas executadas vinculadas à fonte do fundo apresentou valor superior ao total de recursos recebidos no período.

Após verificação dos registros contábeis e das conciliações financeiras, constatou-se que tal situação decorreu de equívoco na interpretação da disponibilidade financeira existente na conta bancária do fundo, cujo saldo incluía valores provenientes de consignações retidas de servidores e terceiros, ainda não repassadas aos respectivos credores até o encerramento do exercício.

Ressalta-se que tal situação não configurou desvio de finalidade ou aplicação indevida de recursos do FUNDEB, tratando-se exclusivamente de equívoco na interpretação da disponibilidade financeira da conta bancária do fundo, a qual incluía valores de consignações registrados contabilmente no passivo financeiro.

Esses valores, embora componham temporariamente o saldo bancário da conta, não constituem recursos próprios do ente público, mas sim obrigações financeiras registradas

no passivo, representando recursos de terceiros sob guarda temporária da administração pública.

As consignações devem ser reconhecidas contabilmente como passivo financeiro até o efetivo repasse aos beneficiários, não podendo ser consideradas como disponibilidade financeira livre para execução de despesas.

Dessa forma, a existência dessas obrigações no saldo bancário gerou aparente disponibilidade financeira superior aos recursos efetivamente recebidos do FUNDEB, ocasionando a execução de despesas vinculadas ao fundo em montante superior aos ingressos registrados no exercício.

Importa destacar que não houve ingresso adicional de recursos do FUNDEB além dos valores transferidos ao ente no período a presente situação decorreu exclusivamente da presença de recursos financeiros vinculados a consignações no saldo da conta bancária;

Ante o exposto, demonstra-se o cumprimento dos indicadores relativos ao FUNDEB previsto no art. 212, inciso XI e § 3º da Constituição Federal.

4.2 - Da Saúde

O Município de São Pedro dos Crentes aplicou **25,10%** na Saúde, superior ao percentual mínimo estabelecido no Ato das Disposições Transitórias da Carta Magna da República, ou seja, do total das Receitas de Impostos e Transferências para apuração da aplicação em ações e serviços de saúde, que foi R$ 24.971.830,40 (vinte e quatro milhões novecentos setenta e um mil oitocentos trinta reais quarenta centavos), aplicou em ASPS,

para fins do limite constitucional, o montante de R$ 6.268.142,49 (seis milhões duzentos sessenta e oito mil cento quarenta e dois reais quarenta e nove centavos), aplicando a mais do exigido constitucionalmente o montante de R$ 2.640.655,12 (dois milhões seiscentos e quarenta mil seiscentos cinquenta e cinco reais doze centavos).

Considerando o mínimo constitucional de 15% previsto no art. 198, §2º, III da Constituição Federal, o Município aplicou percentual superior ao exigido, evidenciando compromisso da gestão municipal com o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

O Balanço Orçamentário do Fundo Municipal de Saúde – FMS, apresentado a esta Corte de Contas através do módulo 6, foi elaborado de acordo com a Lei nº. 4.320/64, NBC TSP 11/2018, Portaria SF nº. 266/2016, Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 07 e com base na estrutura apresentada conforme DCASP e MCASP e sua edição mais atual, aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

O resultado apurado corresponde a diferença entre os saldos iniciais das contas 1.1.1.0.0.00.00 (Caixa e Equivalente de Caixa) deduzidos dos saldos finais da mesma conta, conforme evidenciado no balancete contábil de verificação, equivalendo o saldo as disponibilidades financeiras do período.

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à

execução do orçamento do exercício. Instrução conforme consta do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público).

As demonstrações contábeis são baseadas nas contas de cada ente da Federação, órgão, entidade ou empresa pública. Assim, segundo a lógica estabelecida pelo PCASP, as contas intraorçamentárias devem ser excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente. Entretanto, se as demonstrações contábeis se referirem apenas às contas de um órgão, uma entidade ou uma empresa pública, então não há exclusão das contas intraorçamentárias. Instrução conforme Item 13 da pag. 06 da IPC 07 - Balanço Orçamentário do DCASP.

Quando relevante, o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias é apresentado em notas explicativas. Instrução conforme Item 16 da pag. 06 da IPC 07 - Balanço Orçamentário do DCASP.

4.3 - Das Despesas com Pessoal

O total das despesas com pessoal, ao final do exercício, no valor de R$ 20.533.897,67 (vinte milhões quinhentos trinta e três mil oitocentos noventa e sete reais sessenta e sete centavos), correspondeu a **48,63%** da Receita Corrente Líquida (ajustada) Municipal apurada no exercício que foi de R$ 42.220.544,23 (quarenta e dois milhões duzentos e vinte mil quinhentos quarenta e quatro reais vinte e três centavos), estando, portanto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que disciplina os limites das despesas com pessoal, além de outros limites nela previstos.

O percentual de 48,63% da Receita Corrente Líquida encontra-se abaixo do limite máximo de 54% estabelecido pelo art. 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000.

Procuramos no presente relatório retratar os principais aspectos da gestão financeira do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, colocando-nos à disposições desse Egrégio Tribunal de Contas para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Diante do exposto, entende-se que a gestão fiscal do exercício de 2025 observou os princípios da legalidade, transparência, responsabilidade fiscal e equilíbrio das contas públicas, restando demonstrado o cumprimento dos limites constitucionais e legais aplicáveis à administração municipal

Apresento a Vossa Excelência os protestos de nosso respeito e consideração.

São Pedro dos Crentes/MA, 31 de dezembro de 2025.

Romulo Costa Arruda
Prefeito Municipal de São Pedro dos Crentes

Responsável:

RÔMULO COSTA ARRUDA,

Brasileiro, casado, Prefeito Municipal, CPF nº. 028.230.653-69 e do RG nº. 028495292004-2 GEJSPC-MA, End: Rua Estevano Rocha, S/Nº, Centro - São Pedro dos Crentes (MA).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES
CNPJ: 01.577.844/0001–62
Av. Canaã, n° 102, Centro, CEP: 65.978-000

À
Sua Excelência o Senhor
Dr. Daniel Itapary Brandão
MD. Conselheiro Presidente do
Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
São Luís – MA.